

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

## SUMÁRIO

---

Economia paranaense: competitividade, conjuntura e desafios <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Exportações paranaenses: perspectivas para 2002 <i>Luiz Fernando Oliveira Wosch</i>	7
Panorama da avicultura paranaense <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	10
O viés conjuntural da análise econômica <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	12
Retrospectiva da inflação em Curitiba <i>Maria Luiza de Castro Veloso, Gino Schlesinger</i>	16
TEMAS ESPECIAIS Toyotismo e o processo de motivação e de incentivo à inovação nas organizações <i>Silmara Címbalista</i>	
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Luiz Fernando Oliveira Wosch, Silmara Címbalista, Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki</i>	22
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	26

# Economia paranaense: competitividade, conjuntura e desafios

*Gilmar Mendes Lourenço\**

O Estado do Paraná está atravessando a fase derradeira de adensamento de sua matriz industrial, composta essencialmente pela concretização de investimentos voltados à alteração radical do perfil produtivo e tecnológico de sua base econômica. A atual guinada produtiva pode ser compreendida à luz da rigorosa interpretação dos elementos da teoria da localização, acrescida de alguns aspectos conjunturais e, sobretudo, da forma de descoberta e de aproveitamento de fatores de mudança e de oportunidades. No entanto, ao lado das expressivas transformações econômicas vêm surgindo algumas ameaças e persistindo outras distorções ao crescimento mais equilibrado do Estado.

Antes de mais nada, é importante sublinhar que há uma enorme discussão acadêmica sobre a adequação ou as insuficiências apresentadas pelos três principais recortes geográficos utilizados para explicar a dinâmica econômica regional brasileira – regiões geoeconômicas, unidades federativas e distritos ou áreas industriais –, dadas a dimensão continental do país e suas flagrantes discrepâncias naturais, ambientais, econômicas e sociais.

Mesmo no resto do mundo, as mudanças abruptas nos padrões locacionais vêm estimulando a construção de novas teorias e metodologias para a localização industrial e o desenvolvimento regional. Especificamente “nos países de industrialização recente, após um histórico processo de concentração industrial em um número limitado de cidades ou metrópoles dominantes, vem ocorrendo nas últimas décadas o enfraquecimento dos processos de polarização, com a emergência de áreas industriais e rápido crescimento de cidades de porte médio ou pequeno”<sup>1</sup>.

Nesse contexto analítico, é possível apreender que as tentativas de atenuação e/ou eliminação dos desníveis inter-regionais de geração e apropriação de renda remontam aos anos 60, calcadas nas percepções públicas e privadas acerca dos inconvenientes ocasionados pela excessiva aglomeração industrial na Região da Grande São Paulo, ou microrregião homogênea de São Paulo, institucionalizada como Região Metropolitana, com outras no país, ainda na primeira metade dos anos 70.

Naquela época, as estratégias de desenvolvimento regional, centralizadas e induzidas pelo governo federal, tiveram como foco de atuação os espaços deprimidos do norte e nordeste brasileiros, instrumentalizado pela criação e ação da Superintendência de Desenvolvimento do

Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e de outras instituições, como o Banco do Nordeste (BNB), a Zona Franca de Manaus, o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, todos gestores de estímulos fiscais e financeiros destinados às regiões deprimidas.

A par disso, a ativação de grandes projetos (em sua maioria estatais) nas áreas de infra-estrutura e insumos básicos (petroquímica, siderurgia, mineração, papel e celulose, fertilizantes, dentre outros), integrantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o Governo Geisel, contribuiu, de um lado, para facilitar a expansão do eixo agrícola-mineral do Centro-Oeste e do Norte do país e, de outro, para abrandar a concentração na Grande São Paulo e viabilizar a ampliação do eixo dinâmico industrial na direção de Minas Gerais e do Centro-Sul, potenciada pela garantia dos requisitos físicos à unificação econômica dos diferentes mercados regionais. Nesse período, chamaram a atenção os investimentos da Petrobrás na Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte e da Companhia Vale do Rio doce no Maranhão e no Pará.

Esse processo de desconcentração planejada e executada pelo Estado assumiu contornos mais pronunciados no segundo quinquênio dos anos 70 e começo da década de 80, sendo abortado pela combinação entre os constrangimentos macroeconômicos da “década perdida”, especialmente a impulsão do endividamento externo e a crise fiscal do Estado, e pela extraordinária pressão contrária à desconcentração exercida pelas lideranças políticas e empresariais do Estado de São Paulo.

O final da década de 80 e o começo dos anos 90 foram palco de alterações radicais nas condições de operação da economia brasileira com apreciáveis repercussões regionais. De fato, a aceitação passiva das regras neoliberais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, a partir do Consenso de Washington, abriu flancos para a abertura econômica e financeira, as privatizações e a desregulamentação dos mercados no país.

*\*Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.*

Esse grupo de reformas pró-mercado, somado à maior autonomia fiscal dos estados, conferida pela Constituição de 1988 por meio da transferência de mais recursos do que encargos a estados e municípios, ocasionou uma guinada nos determinantes da movimentação espacial das atividades econômicas. Isso se deu por meio da diminuição da participação do governo federal e das empresas estatais e da ampliação da interferência dos componentes de mercado e das forças políticas subnacionais, materializadas na guerra fiscal e na concessão de infra-estrutura, fracionando o arcabouço do desenvolvimento regional.

As implicações regionais do conjunto de mudanças foram bastante restritas no começo da década em razão da própria natureza defensiva dos planos de investimentos privados, privilegiando os ajustes modernizadores nos métodos de produção e gestão para cumprimento das exigências de aumento dos níveis de eficiência e competitividade em face do maior grau de exposição à concorrência imposto pela abertura e pela recessão do intervalo 1990-1992.

Contudo, desde a segunda metade da década de 90, o Brasil passou a observar o resgate de um movimento de desconcentração industrial em seu território. A mistura entre o advento da estabilidade monetária, a partir do lançamento do Plano Real em julho de 1994, e o surgimento de um novo marco institucional da economia, ditado pelo aprofundamento da abertura comercial e da desregulamentação, provocou a elevação da taxa de investimento agregada, por meio da redescoberta do país por parte de empreendedores internos e externos.

Tal processo foi materializado com a decisão privada de construção de novas plantas produtivas fora do eixo saturado, formado por Rio e São Paulo, e a opção geográfica por centros de porte médio e grande, dotados de infra-estrutura (física e científica e tecnológica) adequada e situados estrategicamente dentro do grande e novo mercado, polarizado por São Paulo e Buenos Aires (Mercosul).

---

*O Centro-Sul brasileiro encaixou-se como uma luva nos novos requisitos locacionais dos anos 90.*

---

Evidentemente, o Centro-Sul brasileiro encaixou-se como uma luva no *check-list* exibido pelas empresas e principalmente o Paraná e o Rio Grande do Sul passaram a disputar “palmo a palmo” a área das novas inversões produtivas, a ponto de os mercados virem a apostar a respeito de quem seria a quarta economia do país na segunda metade do presente decênio. Por enquanto, o lugar é ocupado pelos gaúchos, que respondem por cerca de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro contra os 6,6% dos paranaenses.

Contudo, uma incursão prospectiva permite insinuar que essas posições podem sofrer inversão, principalmente se forem considerados alguns

indicadores indiretos de competitividade. Nesse sentido, a revista gaúcha *Amanhã: Economia & Negócios*, em parceria com a empresa Simonsen Associados, divulgou, no final de 2001, sua sexta edição anual do ranking dos estados mais competitivos do país.

Conforme os resultados da pesquisa, o Paraná teria desbancado o Rio Grande do Sul e conquistado a quarta posição nesse certame, acumulando 157,4 pontos (57,4% acima da média nacional) contra 157,3 dos gaúchos. São Paulo permanece na dianteira, com 182,2 pontos, seguido de longe por Minas Gerais e Rio de Janeiro, que registraram 163,6 e 162,6 pontos, respectivamente.

O Estado de Santa Catarina continuaria ocupando o sexto lugar (150,0 pontos) e registrando acelerada expansão, beneficiada tanto pela maior diversificação econômica quanto pela distribuição regional mais equilibrada das atividades produtivas, fatores que, ao mesmo tempo, favorecem uma melhor repartição da renda e a atração de novos investimentos.

Uma observação atenta permite constatar que, desde a primeira edição da pesquisa, em 1996, há uma espécie de empate técnico entre o Paraná e o Rio Grande do Sul. Em 1996, o Paraná apareceu na quarta posição em termos de competitividade, em razão, provavelmente, do apreciável estoque e da qualidade infra-estrutural (a terceira do país, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro).

Em 1997, o Rio Grande do Sul recuperou o quarto lugar em virtude dos efeitos da privatização da infra-estrutura, sendo alcançado pelo Paraná em 1998, em face do início de implementação do projeto Anel de Integração e de um embrião de privatização dos serviços públicos, com as vendas do controle acionário da Sanepar (quase 40% do capital votante para um grupo francês) e a realização de alguns leilões de comercialização de ações da Copel na Bolsa de Nova York.

Já os números para 1999 e 2000, apontando moderada vantagem do Rio Grande do Sul, teriam decorrido menos dos atributos gaúchos e mais da conjugação de fatores adversos à operação da base produtiva paranaense. Dentre eles destacam-se a transitória baixa infra-estrutural determinada pela polêmica jurídica em torno dos preços dos pedágios e a paralisação das obras do Anel de Integração, a lenta maturação da rodada de inversões industriais, por conta dos constrangimentos macroeconômicos do país (antes e depois da desvalorização cambial de 1999), e a vulnerabilidade intrínseca determinada pela especialização no agronegócio e nas exportações de produtos básicos e semi-elaborados.

Em outras palavras, a somatória da temporária paralisação de um dos principais eixos da transformação infra-estrutural planejada para o Estado, dos reflexos apenas parciais dos investimentos industriais privados e da menor capacidade de geração de renda e de execução de gastos públicos – ditada pela dependência produtiva do agronegócio – justificam a menor velocidade de crescimento do índice de competitividade paranaense em 1999 e 2000.

Por fim, os indicadores apresentados no apagar das luzes de 2001, dando conta de uma inversão de

marcha em favor do Paraná, já estariam captando a fase de forte dinamismo e de profunda diversificação vivida pela economia estadual, apesar dos percalços de natureza conjuntural.

A propósito disso, a despeito de todos os constrangimentos conjunturais que marcaram o ano de 2001, a economia paranaense encerrou o exercício registrando taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) mais de três vezes superior à média nacional (6,2% contra 1,5%), segundo estimativas preliminares do IPARDES. A indagação que se faz é o que estaria por trás de uma expansão tão expressiva?

É inegável que o panorama de desaceleração das economias mundial e brasileira afetou as estruturas produtivas regionais e estaduais de forma diferenciada ao longo do ano passado. Os impactos distintos foram determinados pelo grau de sincronização e de multiplicação de um conjunto de fatores, com ênfase para a especialização das matrizes industriais, as tipologias de inserção no comércio internacional, a superdesvalorização do real, os montantes e os perfis de diversificação dos investimentos industriais realizados nos anos recentes e as interferências da política econômica e do racionamento de energia elétrica.

Mas, o que aconteceu com o Paraná? Um breve exame permite constatar duas características marcantes da performance econômica do Estado no transcorrer de 2001: a menor influência, ou ao menos o retardo temporal do alcance, dos elementos de instabilidade; e o aproveitamento de algumas oportunidades propiciadas pelo próprio ambiente de crise. Em outros termos, o desempenho econômico positivamente diferenciado do Estado traduz a combinação de alguns vetores de expansão, com destaque para a desvalorização cambial e a não inclusão do Estado no racionamento de energia elétrica.

De forma desdobrada e concatenada, é fácil perceber a presença de quatro eixos de crescimento em 2001. O primeiro deles congrega a ampliação da renda do agronegócio, puxada pelo dinamismo das exportações, explicado, em grande proporção, pelos benefícios proporcionados pela depreciação do real ocorrida entre março e setembro.

O segundo eixo expõe a maturação plena dos investimentos industriais empreendidos nos últimos anos. Isso significa que a ampliação, modernização e diversificação da capacidade produtiva estadual, notadamente entre 1996 e 1999, começaram a se materializar no último trimestre de 1999 e permitiram ao Estado aproveitar o resíduo da recuperação econômica verificado até o final do primeiro semestre de 2001 e atender a novos mercados, sobretudo os externos, no caso dos automóveis (EUA) e motores (Europa).

O terceiro eixo abarca as vendas externas, favorecidas pelo comportamento positivo dos mercados de algumas *commodities* (farelo de soja, milho e frango) e pela possibilidade de atendimento de encomendas de produtos oriundos de segmentos modernos e/ou novos da indústria regional, ambos otimizados pela desvalorização cambial, que ensejou inclusive

operações de faturamento antecipado com cláusula de entrega futura, particularmente para a indústria de produtos alimentares.

Por fim, o quarto eixo evidencia a condição de exclusão do Estado do racionamento de energia elétrica. Reconhecidamente, a ausência e/ou insuficiência de inversões federais em linhas de transmissão tornou fisicamente impraticável a transferência de parcelas adicionais do enorme excedente de geração de energia elétrica do Paraná para a cobertura parcial dos déficits de oferta do Sudeste brasileiro, agravados pelos baixos níveis de seus reservatórios devido à insuficiência de chuvas no ano passado. Por isso, o Estado ficou desobrigado do cumprimento de cotas compulsórias de redução do consumo de energia estabelecidas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.

Assim, mesmo sem a concretização dos benefícios derivados das exageradas apostas de ocorrência de uma espécie de efeito-substituição (transferência de linhas ou de plantas produtivas do Sudeste para áreas não sujeitas ao racionamento), ou mesmo do impacto-investimento (construção de novas unidades produtivas), o Paraná desfrutou da vantagem de conseguir manter em condições normais de operação uma estrutura produtiva mais moderna e diversificada. Esse trunfo garantiu-lhe maior presença na etapa marginal de crescimento de seus principais mercados, particularmente dos internacionais.

Como resultado, o Estado pode contabilizar, em 2001, evolução de 24,3% do faturamento industrial, mais que o dobro do incremento experimentado pela indústria nacional (11,7%), e variação de 21,1% nas exportações contra 5,7% das brasileiras. No caso das exportações, estas totalizaram US\$ 5,3 bilhões, respondendo por 9,1% do total do país (US\$ 58,2 bilhões), suplantando o recorde de 1997 (US\$ 4,85 bilhões).

Contudo, não obstante ter fechado 2001 com um desempenho bastante positivo, é importante atentar para o fato de que, a partir dos meses de agosto e setembro, a base de produção e de negócios do Estado começou a acusar, de forma mais nítida, os impactos do desaquecimento econômico (global e nacional), fato atestado, por exemplo, pela queda dos níveis de produção e pelo aumento dos estoques do parque automotivo, fruto especialmente da diminuição da demanda em razão do encarecimento do crédito, o que provocou a concessão de férias coletivas por parte da Renault e da Volks/Audi.

Mesmo com a maior animação econômica vinculada ao ciclo eleitoral, essa situação pode não se inverter em 2002. Isso porque ainda prevalecem as hipóteses de não ocorrência de mudanças radicais nos cenários desfavoráveis para a economia mundial, especialmente com a não resolução do problema da Argentina, a persistência da recessão japonesa e a continuidade da estagnação da União Européia, repercutindo negativamente nos preços das *commodities* e nos níveis de liquidez internacional.

Ademais, de um lado, a estabilização de dólar no patamar de equilíbrio entre R\$ 2,30 e R\$ 2,40 deve prejudicar a competitividade das exportações, na

ausência de outras reformas (fiscal e tributária) que contribuam para a redução do custo Brasil e, de outro, a flexibilização do racionamento de energia e a maturação dos investimentos nessa área, sobretudo em transmissão, podem retirar essa vantagem desfrutada pelo Paraná em 2001.

Mesmo com uma performance ainda grandemente ligada aos ganhos auferidos paradoxalmente com o ambiente conjuntural negativo vivido do país, do ponto de vista estrutural, o conjunto de estatísticas para 2001 demonstra que a economia paranaense vem começando a colher os frutos do segundo ciclo de mudanças em sua estrutura produtiva. O primeiro estágio de transformações expressivas ocorreu na segunda metade da década de 70, com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo de Araucária, reproduzindo parte da desconcentração industrial vivida pelo país entre 1975 e 1979, durante a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Geisel.

Conforme já assinalado, a trajetória desconcentradora foi interrompida no decurso da década de 80 e no primeiro quinquênio dos anos 90, em razão da quase paralisação dos investimentos produtivos e da forte brechada no crescimento econômico, por conta da exaustão do modelo de substituição de importações, viabilizado pela forte presença e participação do Estado e pelo pronunciado endividamento externo.

O retorno da desconcentração ocorreu só depois de 1995, com a estabilização monetária e a abertura da economia, encontrando o Estado do Paraná bem aparelhado em estoque de infra-estrutura e mecanismos institucionais necessários para a viabilização da atração de novos investimentos, voltados à modificação do perfil industrial do Estado, por meio da introdução de ramos intensivos em tecnologia.

Concretamente, a presente guinada na base da economia paranaense está ancorada em seis vetores estreitamente articulados: o pólo automobilístico, a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas), a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero, a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul, o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais e a retaguarda infra-estrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia e na otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações.

---

*A crise dos anos 80 e começo dos 90 interrompeu a tendência de rápida mudança do perfil econômico do Estado do Paraná.*

---

Aliás, na ausência e/ou reversão das circunstâncias desanimadoras que demarcaram a operação da economia brasileira na década de 80 e no primeiro quinquênio dos anos 90, é bastante provável que o eixo de expansão da base produtiva regional já tivesse sofrido alterações radicais há mais tempo, dado o cumprimento de requisitos locacionais intrínsecos favoráveis à ampliação e adensamento do setor industrial.

No entanto, a consolidação do atual ciclo de investimentos e de diversificação da economia do Paraná depende de ações sincronizadas dos agentes públicos e privados atuantes no Estado, na direção do enfrentamento de um conjunto apreciável de desafios ao desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, parece crucial a intensificação de atitudes políticas em algumas direções convergentes. Por exemplo, as lideranças públicas e empresariais do Estado devem recheiar o rol de preocupações com os efeitos da forte concentração industrial no espaço polarizado pela Região Metropolitana de Curitiba (RMC), particularmente no eixo Paranaguá–Curitiba–Ponta Grossa, examinando as possibilidades de aproveitamento da infra-estrutura física e científica e tecnológica de uma rede de cidades de porte médio no interior do Estado – que dispõe de nível de qualidade de vida bastante acima da maioria dos municípios do Sudeste brasileiro – para a descoberta de oportunidades de investimentos associadas às vocações e aptidões regionais.

Na mesma linha, seria interessante a perseguição de uma maior internalização dos efeitos multiplicadores dinâmicos do pólo automotivo, por meio da inserção de empresas locais nas cadeias de fornecimento e subfornecimento, otimizando os esforços que vêm sendo realizados pelo Sindimetal e pelo Sebrae.

Soa relevante também a procura intransigente do resgate de uma identidade empresarial regional, minimizando as chances de prosseguimento da marcha de incorporação de grupos domésticos por corporações estrangeiras e revisando criteriosamente o programa de privatizações da área de infra-estrutura, que por sorte murchou com o malogro da venda da Copel, e das instituições de fomento econômico.

Por esse prisma, convém ter em conta a limitação imposta pelo esfacelamento da retaguarda financeira do desenvolvimento econômico, constituída por ativos públicos construídos e/ou consolidados, especialmente o BADEP (extinto em 1991) e o Banestado, durante pelo menos quarenta anos e que representaram bases de parcela apreciável dos investimentos e do giro dos negócios do Estado durante esse prolongado período.

É impossível ignorar que o saneamento e a venda dos bancos públicos, ao lado da renegociação das dívidas estaduais, definida com o Banco Central, constituem o começo do ajuste fiscal dos estados, necessário para a garantia do equilíbrio estrutural de suas finanças. Ademais, a sucessão de equívocos de política macroeconômica e/ou de malversação dos recursos públicos, desde o final dos anos 70, não reserva qualquer espaço para o equilíbrio dos orçamentos estaduais mediante o uso predatório dos bancos oficiais como autêntico instrumento de emissão monetária.

No passado, a insuficiência de recursos para a cobertura dos programas ou das incursões aventureiras dos governantes sempre foi financiada direta ou indiretamente pelas instituições financeiras oficiais, sem nenhuma observância das normas bancárias ou da capacidade de endividamento dos estados. Os procedimentos abarcavam a rolagem de dívidas, a

emissão ou compra de títulos e a concessão de novos empréstimos, inclusive a empreendimentos sem lastro real, em benefício de um grupo seleto de apaniguados políticos e em prejuízo da sociedade. Os recursos públicos alocados ao Programa de Socorro aos Bancos Estaduais (Proes) suplantaram em 87% os valores disponibilizados para o Poer (bancos privados), ou R\$ 56 bilhões versus R\$ 30 bilhões.

No caso do Banestado, as distorções extrapolaram a agência comercial e de fomento e atingiram os negócios da Leasing, a ponto de o Banco Central ter conseguido levantar irregularidades acontecidas há mais de quinze anos naquela parte da instituição. O empréstimo para saneamento do Banco obtido pelo governo estadual junto ao Banco Central totalizou R\$ 5,1 bilhões. A quantia de R\$ 1,6 bilhão foi amortizada por ocasião da venda do banco ao conglomerado Itaú, em face do ágio obtido sobre o preço mínimo de R\$ 435,0 milhões. Ressalte-se que o Proes faculta ao Estado o recebimento títulos do governo federal em valor necessário para a cobertura do passivo da instituição financeira. Feito isso, o tesouro estadual fica devedor da União com prazo de pagamento de trinta anos.

No Estado, a tentativa de montagem de alguns canais opcionais direta e indiretamente associados ao fomento econômico, com destaque para as empresas Paraná Desenvolvimento S.A. e Paraná Investimentos, criadas por Leis Estaduais, em 1997 e 1998, respectivamente, não surtiram os efeitos desejados. Tais instituições foram mal-sucedidas tanto nas tentativas de captação de recursos para garantir a contrapartida estadual nos financiamentos de infra-estrutura, quanto na viabilização de participação acionária minoritária do Estado em empreendimentos industriais estratégicos.

Há que atentar para a premência em minimizar a migração campo-cidade, ocasionada pela continuidade inexorável do processo de modernização da agricultura e pela crescente inviabilização econômica de algumas atividades agrícolas, agravada pela falta de dinamismo do mercado de trabalho urbano em tempos de abertura e de globalização.

Seria ocioso insistir no caráter imperioso da busca de restauração do equilíbrio das contas públicas, recuperando os níveis de eficiência da máquina pública e o “poder de fogo” das inversões em capital social básico, notadamente na área de educação, essencial para a qualificação de mão-de-obra dirigida ao atendimento dos requisitos implícitos no novo paradigma. É descabido ignorar a existência de uma enorme carga de incentivos fiscais nos projetos industriais recentemente atraídos e em fase de maturação no Estado.

Ainda a propósito das contas do Estado, é notório que o Tesouro Estadual vem registrando crescentes déficits financeiros desde 1995, reflexos das perdas líquidas de arrecadação decorrentes da vigência da Lei Kandir<sup>2</sup> e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) – instituído ainda em 1994 como Fundo Social de Emergência (FSE) –, do comprometimento de parcela expressiva das receitas com dispêndios pouco comprimíveis como folha de salários e serviço da dívida, e da manutenção do modelo de gestão de contas públicas prevalecente na época hiperinflacionária, que propiciava o equilíbrio de caixa via indexação de receitas e postergação de despesas.

Por fim, afigura-se vital o exercício de pressões ativas junto à esfera federal na defesa de programas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Estado, além da execução de um movimento para a promoção de alterações radicais no arcabouço da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, no sentido da ativação de um projeto de crescimento.

A intermediação de interesses deve perseguir a melhoria do desempenho das variáveis de competitividade sistêmica, com ênfase para juros, tributos, burocracia, infra-estrutura, câmbio e educação básica, além da instituição de mecanismos de proteção ao *dumping* e a práticas desleais de comércio internacional.

Até porque, contrariando o discurso neoliberal, cabe reconhecer que os múltiplos instrumentos do planejamento exercem funções marcantes na correção das distorções provocadas pelo livre jogo das forças de mercado no funcionamento do sistema econômico. Descarta-se, aqui, qualquer incursão regressiva na defesa do retorno do planejamento centralizado, vigente durante os 21 anos de regime militar findos em março de 1985.

O adequado redesenho das funções do planejamento num contexto democrático requer a formulação de planos e programas e a execução de políticas com plena influência das instâncias subnacionais e com o resgate do papel das instituições regionais de desenvolvimento, na perseguição da otimização das vantagens competitivas e da minimização da exclusão social.

Na falta disso, os estados ficam impossibilitados de montar e praticar programas de investimentos setoriais e obrigados a conceder benesses fiscais, físicas e financeiras de maneira generalizada. Afinal de contas, onde tudo é prioritário, nada é prioridade.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**: Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 6, n. 1, p. 78, jul. 1996.

<sup>2</sup>A Lei Kandir foi sancionada no final de 1996, isentando do recolhimento do ICMS as exportações de produtos básicos e semimanufaturados e permitindo a utilização de créditos tributários na aquisição de bens de investimento.

# Exportações paranaenses: perspectivas para 2002

*Luiz Fernando Oliveira Wosch\**

Em 2001, as exportações paranaenses apresentaram desempenho superior ao registrado pelo país, conforme apontaram as taxas de crescimento de 21,1% e 5,7%, respectivamente. A peculiaridade da pauta estadual foi um dos fatores que permitiu o diferencial, visto que os embarques de produtos agropecuários (soja, milho e frango), de grande presença no rol das exportações paranaenses, geraram os maiores adicionais de receita. Dentre os bens industrializados, merecem destaque as vendas de automóveis e motores. Em certa medida, a exportação desses itens atenuou os efeitos do cenário adverso que se apresentava no ano passado.

Assim, com o intuito de traçar as perspectivas quanto ao desempenho das exportações para este ano, faz-se o cotejo dos fatores que contribuíram mais decisivamente para o crescimento em 2001, destacando as principais mudanças ocorridas, as quais devem delinear o quadro vigente em 2002. De antemão, pode-se afirmar que os produtos agropecuários deverão novamente assumir papel importante no desempenho das exportações neste ano, sem, no entanto, atingir o ritmo observado no ano passado.

Considerado o item que deu maior impulso às exportações em 2001, as vendas de milho apresentaram acréscimo vigoroso no primeiro trimestre deste ano, superando o resultado anterior em 114,3%. Nos três primeiros meses de 2002, os embarques do grão renderam US\$ 97 milhões. Entretanto, esse ritmo de crescimento não pode ser projetado para o restante do ano, pois, certamente, o montante negociado nesse período é resíduo da safra anterior ou resulta do cumprimento de contratos pretéritos, até porque a previsão da safra atual é de declínio de 16%<sup>1</sup>.

Além disso, não se pode omitir que o volume exportado em 2001 foi contingencial, ou seja, deu-se em virtude da geração de excedentes exportáveis, já que o produto, em geral, não tem como destino o mercado externo, tendo em vista sua baixa rentabilidade se comparado à soja. Portanto, a cifra de US\$ 363 milhões obtida com as exportações do produto no ano passado não deve se repetir em 2002.

Outro segmento que garantiu incremento importante às exportações do Estado em 2001 foi o de carnes. As vendas alcançaram US\$ 440 milhões, representando crescimento de 53,5%. A expectativa para o corrente ano é de que haja evolução nas vendas, embora

aquém do desempenho registrado no ano anterior, até porque o patamar atingido foi bastante expressivo, tornando elevada a base de comparação; ademais, há indicações de que os preços devem seguir uma tendência de queda com relação ao item de maior expressão. No ano passado, o acréscimo sustentou-se no incremento das vendas de carne de frango, que contaram com os efeitos da contaminação do gado europeu como elemento importante para a conquista de novos mercados e de maiores fatias naqueles já consolidados.

Segundo projeções da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef) e da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Suínos (Abipecs), as exportações de carnes de frango e de suíno devem registrar crescimentos de 12% e 39% em 2002, respectivamente. Um dos objetivos dos produtores é manter a meta de diversificação de mercados, com especial interesse para o mercado chinês, que tem como característica a demanda por produtos de baixa aceitação em mercados mais exigentes. Especificamente em relação ao frango, tem-se notado o avanço qualitativo da atividade, marcado pela continuidade de investimentos, fato que tem possibilitado a oferta de produtos diferenciados, atendendo às especificidades dos diferentes mercados. Nesse início de ano, vale frisar a suspensão imposta pela Rússia às compras provenientes dos Estados Unidos, que deve abranger inicialmente o período compreendendo os meses de março e abril, abrindo oportuna possibilidade de os produtos brasileiros assegurarem ampliação nesse mercado.

No primeiro trimestre deste ano, as exportações paranaenses de carnes registraram crescimento de 7,4% em relação a igual período do ano anterior. Nesse grupo de produtos, cumpre destacar que a receita com as exportações de aves recuaram 3,3% e as de bovinos e suínos aumentaram 83% e 63%, respectivamente.

Com relação ao complexo soja, a Abiove estima, para o Brasil, um crescimento de receita com as exportações em torno de 3,7%. Prevê-se que o aumento mais elevado resulte dos embarques de soja em grão (13,7%), motivado pelo acréscimo do volume

*\*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.*



comercializado, que deve atingir cerca de 17,7 milhões de toneladas, superando em praticamente 2 milhões de toneladas o volume registrado em 2001. No entanto, o que se nota ao término do primeiro trimestre do ano são quedas expressivas nas exportações dos principais itens do complexo soja em relação aos valores obtidos no mesmo período do ano passado.

Segundo analistas que acompanham esse mercado, o declínio reflete principalmente a opção de parcela dos produtores em retardar a comercialização, sobretudo da soja em grão, objetivando maior rentabilidade diante de um aumento das cotações internacionais. Essa estratégia denota que os resultados obtidos no ano anterior garantiram a capitalização dos representantes desse segmento e, por conseguinte, capacidade de retenção do produto.

No tocante aos fatores que devem interferir na definição dos preços, há aspectos relevantes a serem considerados. Dentre esses, destacam-se a possibilidade de parcial migração da soja para o milho por parte de produtores norte-americanos, tendo em vista as diretrizes da política de subsídios do governo dos Estados Unidos em garantir, neste ano, maiores vantagens à cultura do segundo produto, e também o relativo travamento das transações argentinas, considerado o terceiro maior produtor mundial, em virtude das medidas tomadas no intuito de reverter a profunda crise instalada no país. Ademais, é importante destacar que a certificação sobre características genéticas exigida pelo governo chinês em relação à soja brasileira paralisou os embarques para aquele país a partir de 21 de março deste ano. No entanto, decisão posterior adiou a exigência do documento para o próximo dia 20 de dezembro, sendo retomado o ritmo dos embarques no final de abril.

Particularmente em relação ao Paraná, vale destacar que as exportações de soja em grão e farelo recuaram 56,7% e 40,8% no primeiro trimestre do ano. Em 2001, essas vendas renderam US\$ 669 milhões e US\$ 755 milhões, respectivamente. De acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral), a produção de soja referente à safra 2001/2002 deve superar em 11,3% o volume registrado no exercício anterior, repercutindo na elevação dos embarques ao exterior. Os sinais dessa evolução devem surgir a partir do segundo quadrimestre, período em que se intensifica o ritmo das

operações de escoamento da safra. Vale enfatizar que toda essa movimentação, em função da relevante participação do complexo soja no conjunto dos produtos destinados ao exterior, apresenta-se como um dos principais indicadores do comportamento das exportações no encerramento do ano.

No segmento automotivo, a conjuntura está marcada por elevação dos estoques e conseqüente redução na produção. De acordo com os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea), referentes ao primeiro trimestre de 2002, a indústria automobilística brasileira contabilizou a produção de 408,2 mil unidades, significando redução de 8,8% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. No que tange às exportações, houve decréscimo de 20,1% na receita obtida, considerando a mesma base de comparação.

No âmbito estadual, o cenário não se revela distinto. Conforme apontam os dados constantes na tabela 1, tanto o número de veículos produzidos quanto o de exportados demonstram sensível queda em relação ao ano anterior. As exportações paranaenses de automóveis têm como principais destinos os Estados Unidos, o México e a Argentina. Uma das preocupações para o corrente ano compreende o agravamento da crise argentina, cujos reflexos já puderam ser sentidos nos resultados de 2001. Nesse ano, a receita com as exportações de automóveis à Argentina recuaram 56,8%, caindo de US\$ 172 milhões para US\$ 74 milhões. Todavia, esse declínio não comprometeu em demasia o resultado das exportações estaduais em virtude do efeito compensado decorrente do substancial aumento das vendas aos Estados Unidos, que passaram de US\$ 295 milhões para US\$ 572 milhões.

Atreladas ao segmento automotivo, as exportações de motores devem dar continuidade ao ritmo ascendente iniciado no ano passado. Embora ameaçada pelo encerramento das atividades da Chrysler, em Campo Largo, a Tritec Motores direcionou parcela substancial de sua produção ao mercado europeu, fazendo com que as exportações de motores passassem de US\$ 42 milhões em 2000 para US\$ 160 milhões em 2001. Para este ano, a empresa está programando a expansão da produção, passando de 80 mil para 170 mil unidades<sup>2</sup>. Além disso, a Renault

TABELA 1 – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS DAS UNIDADES DA VOLKSWAGEN/AUDI E RENAULT INSTALADAS NO PARANÁ - 2001-2002

MONTADORA/MODELO	JANEIRO-MARÇO/2002		JANEIRO-MARÇO/2001		JANEIRO-DEZEMBRO/2001	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
Volkswagen/Audi	19 219	8 386	24 162	12 893	98 333	54 915
Golf	16 766	8 300	21 319	12 323	84 686	52 365
Audi	2 453	86	2 843	570	13 647	2 550
Renault	10 895	597	15 747	1 837	71 108	5 507
Clio	7 744	417	11 993	1 400	50 901	2 731
Scénic	3 151	180	3 754	437	20 207	2 776
TOTAL	30 114	8 983	39 909	14 730	169 441	60 422

FONTE: ANFAVEA

NOTA: Os dados expressam unidades produzidas e exportadas.

Motores estima que a partir de setembro deste ano devem ter início os embarques para a Europa<sup>3</sup>. Já no primeiro trimestre do ano, as exportações de motores mostram forte incremento, visto que somam US\$ 39 milhões e no mesmo período de 2001 a cifra era de US\$ 5 milhões.

Com relação aos mercados das exportações paranaenses, as expectativas baseadas na última estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) acerca do desempenho econômico global revelam algum otimismo. Segundo projeções do FMI, a economia mundial deve registrar um crescimento de 2,8% em 2002 e 4% em 2003, demonstrando sinais de recuperação após a quebra do dinamismo observado em 2001.

Para os Estados Unidos, que detêm a maior parcela das exportações paranaenses (17,5%) e representam 21% da produção mundial, o organismo prevê um aumento de 2,3% na sua economia. Dentre as maiores potências, apenas o Japão deve registrar declínio (-1,0%), dada a grave crise econômica de cunho estrutural enfrentada pelo país. No entanto, devido ao fato de as exportações para esse país estarem centradas em matérias-primas de base alimentar e de grande consumo, não se espera que a retração econômica deste ano repercuta no desempenho das exportações paranaenses com destino a esse país.

Já os mercados promissores, como a China e a Índia, chamam a atenção pelo potencial em vista do contingente populacional, e, especificamente no caso da China, por se tornar o mais recente membro da Organização Mundial do Comércio e, por consequência,

estar submetida às regras estabelecidas pela referida entidade. As previsões do FMI para os dois países assinalam taxas de crescimento de 7% e 5,5%, respectivamente. No caso do Paraná, ambos os mercados detêm participação relevante na pauta de exportações, devendo-se enfatizar que as iniciativas tomadas pelo governo federal<sup>4</sup> devem contribuir para incrementar o desempenho do Estado em relação a esses mercados já neste ano, com a ampliação e diversificação dos volumes exportados.

Dentre os mercados, a situação argentina merece destaque especial, não só pelo fato de o país ser o principal parceiro no âmbito do Mercosul mas também pela complementaridade existente no segmento automotivo, o qual foi o responsável pelo dinamismo recente observado na economia paranaense, cujos reflexos mais imediatos se deram na ampliação do fluxo de comércio com o exterior. O aprofundamento da crise, que já extrapolou o plano econômico e afeta as esferas institucional e política, interrompe um período de ascensão das transações bilaterais de comércio registrado ao longo dos anos 90. Somente no primeiro trimestre deste ano, as exportações paranaenses destinadas à Argentina declinaram 76,3%. Esse quadro tem revelado a dimensão de sua gravidade pela estimativa do FMI, que registra retrações de 15% e 3% para a economia argentina neste ano e no subsequente, respectivamente.

De modo geral, o cenário atual permite inferir que as exportações paranaenses suplantem a receita obtida no ano anterior, embora com taxa de crescimento inferior.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>Estimativa do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – DERAL/SEAB. O referido percentual inclui a produção da safra normal e da safrinha.

<sup>2</sup>SILVA, Cleide. Brasil pode virar pólo exportador de motores. **O Estado de S. Paulo**, 21 abr. 2002. Caderno Economia, p. B-11.

<sup>3</sup>FACCHINI, Claudia; OLMOS, Marli. Renault começa a enviar motores para a Europa. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 abr. 2002. p. A-4.

<sup>4</sup>Entre 2 e 5 de abril foi realizada a Feira Comercial Brasil-China, em Xangai. Uma missão brasileira, liderada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, visitou a feira e seguiu rumo à Índia, com o objetivo de estabelecer canais de negociação no intuito de ampliar o volume de comércio.

# Panorama da avicultura paranaense

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

No início do Plano Real, o governo brasileiro exaltou a expansão do consumo doméstico de carne de frango, atribuindo a ampliação das vendas do produto aos efeitos distributivos da drástica redução do imposto inflacionário. De fato, o consumo *per capita* de carne de frango cresceu de forma mais acentuada a partir da implementação do programa de estabilização, saltando de 19,1 kg/hab. em 1994 para 29,9 kg/hab. em 2000, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango (Abef).

No entanto, esse aumento não foi proporcionado apenas pelos avanços econômicos derivados da estabilidade monetária. Na realidade, o crescimento da avicultura de corte decorreu principalmente da elevação da produtividade e da conseqüente queda do preço final do produto, ou seja, a evolução da atividade se deveu à apropriação dos ganhos de eficiência pelos consumidores.

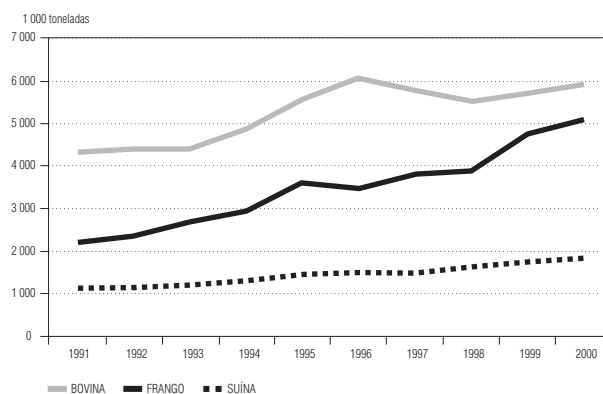
Para evidenciar os progressos do segmento avícola, a produção de 1 kg de frango exigiu, em média, 1,78 kg de ração no ano de 2001, rendimento muito superior aos índices de conversão alimentar registrados em 1960 e 1980, quando foram necessários, respectivamente, 2,25 kg e 2,00 kg de ração para produzir 1 kg da ave. Em paralelo, o período médio de abate foi reduzido de oito semanas em 1960 para cerca de seis semanas em 2001, como conseqüência do melhoramento genético das matrizes e dos avanços tecnológicos nas áreas de sanidade, manejo e nutrição.<sup>1</sup>

Como se sabe, o aumento da produtividade da avicultura tem relação com a verticalização da produção, mais precisamente com a difusão de um sistema contratual de fornecimento de matéria-prima (conhecido como integração), no qual os produtores se dedicam à engorda dos animais, cabendo às indústrias de abate a fabricação de rações, a assistência técnica e a produção de pintainhos, entre outras atividades. Com isso, as empresas do ramo passaram a controlar fortemente o abastecimento de suas unidades agroindustriais, os custos de produção e os padrões de qualidade, possibilitando a conquista de uma parcela significativa do mercado de carnes.

Somente a título de comparação, o consumo interno de carne de frango apresentou evolução média anual de 9,7% no período 1991-2000, enquanto as taxas de crescimento referentes às carnes bovina e suína atingiram 3,6% e 5,7%, respectivamente (gráfico 1).

Além de refletirem uma relação de preços (carne de frango/carne bovina) desfavorável à bovinocultura, esses resultados revelam o êxito do complexo avícola na sua estratégia de diferenciação de produtos, voltada ao aproveitamento das oportunidades geradas pelas mudanças qualitativas no consumo de alimentos.

GRÁFICO 1 - CONSUMO DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE FRANGO, NO BRASIL - 1991-2000



FONTE: FAO, ABIEC, ABIPECS E ABEF

Em sintonia com a demanda, a produção nacional de carne de frango cresceu a uma taxa média anual de 10,1% na última década, passando de 2,5 milhões de toneladas em 1991 para 6,0 milhões de toneladas em 2000. Nesse mesmo intervalo, a produção de carne bovina registrou variação positiva de 4,4% ao ano, abaixo dos 6,4% relativos ao segmento de suínos.

No Paraná, a indústria de processamento de aves também se encontra em franca expansão. De acordo com a Abef, os frigoríficos paranaenses abateram 672,0 milhões de cabeças no ano passado (com inspeção federal), resultado que representou incremento de 11,1% em comparação a 2000 e que garantiu a primeira posição entre os estados brasileiros, com uma participação de 23,8% do total nacional (tabela 1).

O crescimento do setor fica ainda mais evidente quando se acompanha a evolução da participação do abate de aves e da preparação de carnes e subprodutos no Valor Adicionado (VA) da indústria paranaense.

\* Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda (Sefa), essas atividades econômicas foram responsáveis por 0,7% do VA industrial em 1990, saltando para 1,4% em 1995 e para 1,5% em 2000. No âmbito da indústria de alimentos, a ascensão da participação do processamento de aves é ainda mais pronunciada, atingindo 12,3% do VA do referido gênero em 2000, muito acima dos percentuais registrados nos anos de 1990 (3,8%) e 1995 (8,0%).

É de conhecimento geral que esse notável desempenho tem ligação com a ampliação das vendas ao exterior. Em 2001, as exportações paranaenses de carne de aves totalizaram US\$ 347,0 milhões, valor que correspondeu a um aumento de 52,4% em relação ao ano anterior, quando as receitas somaram US\$ 227,8 milhões. Já no decênio 1991-2000, as vendas estaduais do produto apresentaram elevação da ordem de 160,2%, superando as exportações brasileiras e mundiais, que atingiram variações de, respectivamente, 121,2% e 79,3% no período.

O principal mercado da carne de frango produzida no Paraná é a Arábia Saudita, cujas importações somaram US\$ 88,8 milhões no ano passado, seguida do Japão, Kuwait e Holanda (tabela 2). Cabe destacar que nas exportações ao Oriente Médio sobressaem os embarques de frango inteiro, ao contrário das vendas aos países da União Européia e do Extremo Oriente, caracterizadas pelo predomínio dos cortes da ave.

A despeito da prevalência do frango inteiro nas exportações, a participação do produto em cortes vem crescendo nos últimos anos. Em 2001, as vendas de frango em partes representaram 43,8% do total exportado pelo complexo avícola paranaense, acima das participações de 30,6%, registrada em 1990, e de 38,9%, referente ao ano de 1996, demonstrando que a elevação das receitas com as exportações não se deveu unicamente ao incremento nos embarques, mas também à conformação de uma pauta com destacada presença de produtos de maior valor agregado.

TABELA 1 - ABATES DE FRANGOS COM INSPEÇÃO FEDERAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2001

ESTADO	ABATES (nº de cabeças)	PARTICIPAÇÃO (%)
Paraná	671 998 690	23,8
Santa Catarina	642 931 458	22,8
Rio Grande do Sul	548 395 560	19,4
São Paulo	426 318 711	15,1
Minas Gerais	205 631 274	7,3
Outros estados	326 306 495	11,6
BRASIL	2 821 582 188	100,0

FONTE: ABEF

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNE DE FRANGO<sup>(1)</sup>, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS – 2001

DESTINO	EXPORTAÇÕES (US\$ mil FOB)		
	Frango inteiro	Partes	TOTAL
Arábia Saudita	74 979	13 797	88 776
Japão	4 052	23 212	27 264
Kuwait	23 084	3 377	26 461
Holanda	497	25 133	25 630
Alemanha	126	20 985	21 111
Emirados Árabes Unidos	14 567	4 426	18 993
Hong Kong	646	15 477	16 123
Catar	11 211	2 287	13 497
Iêmen	11 548	30	11 579
Rússia	8 212	1 271	9 483

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Carne congelada e refrigerada.

## REFERÊNCIAS

AVICULTURA: relato setorial. Rio de Janeiro: BNDES, ago. 1995. 42 p. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rsfrango.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2002.

SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, dez. 1998.

## NOTA

<sup>1</sup> AVICULTURA: relato setorial. Rio de Janeiro: BNDES, ago. 1995. p. 8. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rsfrango.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2002.

# O viés conjuntural da análise econômica

Gilmar Mendes Lourenço\*

Recentemente, os meios econômicos brasileiros foram invadidos por uma nova onda de interpretações mais otimistas, ou menos dramáticas, acerca do passado recente, do presente e do futuro de curto prazo da trajetória das principais variáveis de desempenho do país. Há quem diga inclusive que se trata de contágio da recente “beleza americana”, liderada pelo Federal Reserve Bank (FED-Banco Central dos Estados Unidos), apontando a virada de página da pior fase da recessão ou até colocando dúvidas quanto à sua ocorrência.

De fato, os mercados acionários norte-americanos passaram a reagir, de forma favorável, a uma sucessão de notícias e indicadores positivos, como a exaustão do ciclo de estoques, o discreto aumento da renda pessoal disponível, a recuperação da produção industrial – depois de 20 meses de contração até fevereiro de 2002 –, e o revigoramento da construção civil, em resposta aos menores patamares de juros dos últimos quarenta anos.

Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu 1,7% e 5,8%, respectivamente, no último trimestre de 2001 e no primeiro trimestre de 2002 – a maior expansão desde os últimos três meses de 1999 –, puxado pelo incremento nos gastos públicos, preponderantemente com as forças armadas e itens relacionados com a defesa nacional.

Por aqui, o cenário público e privado do exercício de tomada de decisão macroeconômica, em vez de capitanear detalhes mais profundos das políticas estruturais, optou por responder, de maneira comemorativa, às discutíveis reversões da recessão americana e da estratégia de juros reais internos elevados e à avaliação de acidente de percurso da minguada expansão do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2001 (1,5% contra 4,4% em 2000).

As leituras correntes dão conta da persistência do descolamento do país do contágio da instabilidade argentina, do caráter circunstancial da crise energética, da transitoriedade dos constrangimentos externos, da destruição da candidatura de Roseana Sarney (PFL) e da escalada inicial de José Serra nas pesquisas eleitorais, da subida da popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do reconhecimento velado, por parte do Banco Central, da impossibilidade de rigoroso cumprimento das metas inflacionárias negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deslocando, ao menos na retórica, o foco temporal de preocupação com a trajetória de preços de curto para

médio prazo, e alongando o *timing* de adequação dos choques verificados em 2001.

Há, claramente, na vertente triunfalista, a predominância de uma visão míope ou incompleta da amplitude estrutural dos desequilíbrios macroeconômicos do país, sintetizados nas reduzidas taxas de crescimento do PIB ao longo de mais de duas décadas. Apenas para recordar, na década de 80, a economia brasileira apresentou as marcas do esgotamento do modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações, e de seu padrão de financiamento apoiado no endividamento externo, e da estagflação, definida como forte contração econômica com inflação alta e ascendente.

A gênese do problema talvez resida na exaustão da disponibilidade de crédito oficial de longo prazo, vinculada à quebra do Estado, no desaparecimento da oferta de capitais externos e na acentuação da inadequação do perfil de operação do sistema financeiro nacional, absolutamente avesso ao fornecimento de linhas de financiamento para inversões de longa maturação e preso ao circuito de rolagem dos títulos públicos.

Nessas circunstâncias, o decênio foi batizado como “perdido” e, do ponto de vista da política econômica, as prioridades recaíram no ajustamento externo da economia entre 1981 e 1984, imposto pela crise da dívida e pelos seus desdobramentos internos, e no enfrentamento das pressões inflacionárias no intervalo 1985-1989, mediante programas gradualistas e/ou de choques heterodoxos, a partir da enganosa suposição de que os desequilíbrios externos estariam contornados com os megasuperávits comerciais auferidos em 1983 e 1984.

As principais características desse período foram a estagnação, determinada pela alternância entre fases recessivas e repiques de expansão, normalmente vinculados à adoção dos planos de estabilização heterodoxos, e o baixo nível de investimentos em ampliação da capacidade produtiva. Houve ainda o crescente atraso científico e tecnológico do parque industrial e a interrupção dos fluxos financeiros externos, especialmente depois da moratória mexicana em 1982. Essencialmente, a crise da dívida latino-americana

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

acabou por fechar a torneira internacional de crédito privado, enquanto alguns países menos avançados da Europa, como a Espanha, recebiam expressivos montantes de recursos para a viabilização de sua rápida integração com o mercado continental.

---

*A década de 80 ficou notabilizada no Brasil pela exaustão do padrão de financiamento do crescimento econômico e pelo fracasso no combate à inflação.*

---

Outro elemento destacável foi a perversa combinação entre endividamento externo, crise fiscal do Estado, multiplicação da especulação financeira e impulsão do passivo interno, combalindo drasticamente a capacidade de gasto e de investimento público. Para piorar, o entrelaçamento da fragilidade do Estado, dos juros reais elevados e da escalada inflacionária, provocava um desvio estratégico da ação das grandes empresas oligopolistas operantes no país na direção da exploração do eixo exportador e/ou da acomodação aos ganhos não operacionais provenientes da ciranda financeira.

Assim, a década ficou notabilizada pela inviabilização dos esquemas de financiamento das inversões de longa maturação, pelo malogro de várias tentativas (ortodoxas, heterodoxas e híbridas) de combate à inflação, culminando no surgimento da hiperinflação indexada no final de 1989, e pela imobilização do planejamento e da capacidade de coordenação e de indução do Estado.

Por seu turno, os anos 90 foram palco de mudanças estruturais relevantes originárias da recessão da Era Collor (1990-92) e da intensificação do processo de abertura comercial, iniciado ainda no governo Sarney em 1988, como uma espécie de represália à aprovação de uma Constituição protecionista que, na opinião do então Presidente da República, tornaria o país ingovernável. Como conseqüência, o Brasil experimentou forte e defensiva reestruturação industrial (gestão e processos) e participou ativamente da formação e consolidação do Mercosul, dentro do conceito de um novo regionalismo no mundo.

As mudanças de base foram tangenciadas por uma primeira geração de reformas institucionais pró-mercado, com destaque para a reformulação do sistema financeiro, a desregulamentação, a montagem e ativação de um programa de privatizações, a flexibilização de alguns monopólios e a regulamentação das concessões de serviços públicos.

A propósito disso, existem muitos defensores da tese de que a perda de dinamismo nos anos 80 teria provocado, no começo da década de 90, uma espécie de "revolta liberal", apaziguada com a prometida modernização tecnológica e com os ganhos de competitividade derivados da ampliação do grau de exposição (submissão) da indústria nacional à concorrência externa, viabilizada pelo *mix* liberalização comercial e recessão interna.

As pressões pelo retorno e predomínio dos preceitos do livre comércio e das vantagens competitivas não levaram em conta o peso tecnológico e financeiro embutido no complexo conjunto de exigências da terceira revolução industrial, particularmente a contínua renovação e diversificação dos mercados, a celebração de alianças estratégicas e a obtenção de economias de escala, de escopo e externas. Os gestores e condutores das mudanças também negligenciaram o papel ativo assumido pela coordenação pública na direção da reengenharia industrial num ambiente globalizado, caso da China e dos Tigres Asiáticos.

No final da primeira metade da década de 1990, o país conquistou a estabilidade monetária, através da abrupta redução e estabilização das taxas de inflação, alicerçada na apreciação cambial, nos juros reais elevados e na absoluta indisciplina fiscal. Mesmo com o controle da inflação, o Brasil não soube aproveitar adequadamente o ambiente favorável à captação de recursos externos no decênio dos 90, mantendo intransigentemente uma âncora cambial artificial entre julho de 1994 e dezembro de 1998, sustentada pela prática de taxas de juros primárias quase dez vezes superiores à média mundial. Tal equívoco acabou por comprometer o desempenho da indústria nacional e a capacidade exportadora do país, além de estabelecer o perverso entrelaçamento do financiamento do déficit em transações correntes com a impulsão da dívida pública.

Outro complicador é que a pleiteada flutuação cambial, implementada depois de 1999, não logrou êxito na reativação duradoura da economia, por conta de sua subordinação ao regime de metas inflacionárias e à necessidade de obtenção de elevados superávits primários nas contas públicas, acordados com o FMI, por ocasião da obtenção do socorro financeiro em fins de 1998 e começo de 1999.

Pelo ângulo monetário do sistema econômico, a marcha da estabilização não foi nada promissora desde o lançamento do Real, pois o montante de papéis federais (fora os títulos na carteira do Banco Central) passou de R\$ 62,0 bilhões (12% do PIB) em junho de 1994 para R\$ 680,7 bilhões (mais de 54% do PIB) em março de 2002, enquanto a dívida líquida pública (União, Estados, Municípios e empresas estatais) saltou de 30% para 55% do PIB em igual intervalo.

É evidente a associação entre a impulsão do passivo público e a prática de juros reais elevados, travando as chances de reativação sustentada da produção e dos negócios. Isso porque, as taxas de juros primárias (Selic) de 18,5% ao ano, as maiores do planeta em termos reais, e o seu efeito propagador sobre o sistema, na forma de enormes *spreads* (diferença entre as taxas cobradas nos empréstimos e as pagas na captação dos recursos), continuam tornando proibitivo o preço do dinheiro para consumidores (75% a.a.) e empresas (45% a.a.). Nesse caso, vale a máxima da criatura voltar-se contra o criador, pois a inadimplência torna-se causa e conseqüência daqueles *spreads*.

Nesse contexto, não por acaso, percebe-se a persistência do contraste entre os resultados econômicos

das empresas financeiras e não financeiras atuantes no país. O lucro líquido nominal agregado de 31 instituições bancárias cresceu 114% em 2001 (R\$ 11,1 bilhões versus R\$ 5,2 bilhões em 2000). Ademais, a rentabilidade sobre o patrimônio de nove bancos passou de 17,5% em 2000 para 20,5% em 2001, índice três vezes superior ao registrado pela média das principais organizações não financeiras. Só o Itaú acusou rentabilidade de 31,5% derivada da obtenção do maior lucro líquido da história da empresa (R\$ 2,4 bilhões).

Aliás, os indicadores de rentabilidade das instituições financeiras durante os quase oito anos de existência do Plano Real comprovam a natureza desequilibrada da estabilização brasileira. Segundo levantamentos realizados pela empresa ABM Consulting, entre 1994 e 2001 o lucro real dos dez maiores bancos privados do país cresceu 180%, passando de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 8,0 bilhões, e o retorno sobre o patrimônio líquido saltou de 14% para 23%, bastante superior à rentabilidade dos demais segmentos econômicos e do setor financeiro atuante nas nações mais avançadas.

Ao contrário do que acontece no resto do mundo, onde o ganho provém de conjugação entre reduzidas margens e grandes volumes de transações, no Brasil o polpudo lucro advém dos elevados *spreads* e do aproveitamento da volatilidade do mercado de câmbio. Por isso, a renda de intermediação financeira pulou do patamar de R\$ 40,4 bilhões em 1994 para R\$ 76,24 bilhões em 2001, sendo que as receitas oriundas das transações com papéis do governo subiram de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 28,9 bilhões no intervalo em pauta.

Em outros termos, trata-se da aplicação no porto seguro da especulação com títulos públicos em detrimento da oferta de crédito ao setor produtivo, resultando no exíguo peso de 28% no PIB das operações de empréstimo à iniciativa privada no Brasil (40% no início da década de 90), contra 28% na Argentina, 68% no Chile e mais de 100% na média mundial.

Acrescente-se ainda a ampliação da concentração no interior do próprio segmento financeiro, com o aumento do predomínio dos conglomerados, que extrapolam a atuação na prestação dos serviços bancários convencionais, ao abarcar as atividades de seguros, previdência e capitalização, em detrimento dos agentes menores, dedicados às operações de giro e de desconto de duplicatas. É interessante incluir o caso das montadoras, que passaram a operar seus próprios bancos visando à apropriação da renda com financiamento de veículos.

Há também o componente de desnacionalização. Mas esse fenômeno extrapolou o ramo financeiro e englobou praticamente todos os setores econômicos. A participação do capital estrangeiro no faturamento dos 350 maiores grupos do país cresceu de 36% em 1991 para 53,5% em 1999, fruto mais da mudança de propriedade e menos de criação de capacidade produtiva, aspecto compatível com as estratégias das corporações globais, marcadas pelo simples objetivo de penetração em um número cada vez maior de mercados domésticos, que serviriam inclusive como mercado comprador de insumos de outras plantas operantes no resto do mundo.

Por tudo o que foi resumidamente exposto, ao contrário do recado ufanista contido nas análises pontuais, os resultados do PIB de 2001 revelam não apenas uma evolução desprezível do aparelho econômico (praticamente igual à expansão populacional), mas uma marcha declinante ao longo do exercício, saindo de uma variação positiva de 4,3% no primeiro trimestre e encerrando o ano com declínio de 0,7% entre outubro e dezembro, afetando negativamente os níveis de emprego e renda.

É curioso observar que os especialistas chegaram a afirmar, depois da divulgação das estatísticas do PIB pelo IBGE, que o país não teria estado tecnicamente em recessão, que equivale à queda da produção e dos negócios por dois trimestres consecutivos. Esqueceram os *experts* que a recessão é um fenômeno tipicamente industrial dos sistemas econômicos capitalistas e que, em 2001, a “salvação da lavoura” repousou em dois vetores específicos e interligados: a safra recorde de grãos e as exportações, otimizados pela desvalorização cambial.

Mais precisamente, a supersafra de milho, a definitiva entrada e consolidação do complexo carnes nos mercados europeus (dada a expansão da doença da vaca louca no continente) e a penetração da soja brasileira no mercado chinês representaram os componentes de crescimento do PIB e de uma fração dos investimentos produtivos no ano passado.

A produção manufatureira apresentou queda de 0,58% em 2001, atribuída às reduções do consumo de energia elétrica (5,5%) e do produto da construção civil (2,6%). Isso significa que o racionamento de energia, a queda da renda da população e os juros reais elevados provocaram diminuição da produção em vários segmentos industriais, afetando mais diretamente os eletrointensivos, com diminuta capacidade (ou mesmo inviabilidade) de reconversão a curto prazo.

Diante dessas restrições estruturais e conjunturais, o dado alentador corresponde às previsões de um possível traçado diferente para o lado real da economia brasileira em 2002, iniciando em baixa de cerca de 3% nos primeiros três meses e fechando o ano em alta entre 2% a 2,5%, com pronunciada influência do aumento do dispêndio público corrente ligado ao calendário eleitoral. Isso significa que o fim do racionamento de energia elétrica, somado à recuperação americana, poderiam restaurar a disposição dos agentes econômicos em escapar do estado de letargia predominante em 2001.

Ainda assim, essa performance deve ser rotulada como modesta, por não garantir ao menos o encaminhamento de solução para os graves desequilíbrios do país, com ênfase para o desemprego e a dívida social. Segundo o IBGE, o rendimento médio das pessoas ocupadas caiu 3,9% em 2001, o que, ao lado das elevadas taxas de juros, limita a recuperação das atividades comerciais e de serviços e, por extensão, a dinamização dos investimentos.

É consenso que o alcance desses objetivos mais abrangentes requereria taxas de variação do PIB

próximas de 6% ao ano, viabilizadas pela alteração radical na política monetária, por uma reforma tributária, pela formulação e implementação de políticas industriais e comerciais ativas e de programas sociais mitigadores. Até porque, o problema do desemprego está longe de ser resolvido por meio de ações diretas e exclusivas no interior do mercado de trabalho.

---

*A retomada do crescimento econômico do país requer alterações radicais no arcabouço da política econômica.*

---

Nunca é demais recordar que entre o pós-Guerra e a crise da dívida externa (1947-1980), a economia brasileira cresceu cerca de 7% ao ano, desempenho superior ao do Japão e dos Tigres Asiáticos. No meio do caminho, o país teria vivido uma fase de forte dinamismo e profunda diversificação, durante a implantação do Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek; um intervalo recessivo entre 1962 e 1967 (variação do PIB de 3,2% ao ano), decorrente da instabilidade política e da crise de super-acumulação do sistema e um período de enorme expansão de 1968-73 (12% ao ano), conhecido por Milagre Econômico, amparado no aumento do consumo privado movido a crédito e nas bases institucionais plantadas na fase anterior, patrocinadas pelo primeiro governo militar com a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Entre 1974-1979, o Brasil tentou promover a adequação ao ambiente de crise externa, engendrada pela quadruplicação dos preços internacionais do petróleo, e a atenuação dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, por meio de vultosas inversões na complementação do ciclo de substituição de importações. Isso se deu com pronunciada presença do setor público estatal e da participação induzida da empresa privada nacional, financiadas por capitais externos de empréstimos (notadamente os eurodólares do petróleo). É certo que se difundia então a imagem de uma “ilha de prosperidade” em meio a uma profunda crise internacional. Porém, é conveniente concordar com o fato de que o crédito internacional fácil e barato financiou o crescimento econômico do país.

Depois disso, a economia entrou em parafuso, registrando expansão de 2,3% e 2,4% ao ano nos decênios dos 80 e 90, respectivamente. Particularmente no final da década de 80 e início da de 90 toma corpo a idéia de regulação do aparelho econômico pelos mecanismos de mercado, em prejuízo da solidariedade embutida nas políticas sociais, como uma espécie de senha para a modernidade, ainda que baseado nas antigas receitas do século XIX, indicativas da tese da “eficiência ou morte”. Por isso, desde a edição do Real, o PIB do país tem crescido a taxas próximas de 2,5% ao ano, corroborando o viés conjuntural da orientação macroeconômica.

Tanto nos EUA quanto no Brasil, os analistas teimam em supervalorizar tendências conjunturais e negligenciar a feitura de propostas de derrubada dos

obstáculos estruturais, esquecendo que “a chegada da embarcação ao porto depende do conhecimento do curso das ondas e da direção dos ventos”. Logo, a evolução de alguns indicadores específicos não substitui a gravidade de problemas, como capacidade ociosa industrial e endividamento primário da população.

A despeito do prolongado período de redução das taxas de juros norte-americanas, ainda não é possível enxergar a conexão entre uma etapa de redução de estoques e de recuperação da produção e outra de restauração das margens de lucro e das inversões privadas que, por sua vez, depende da sintonia entre os procedimentos de escolhas empresariais e o ambiente prospectivo de inovações técnicas.

Por esses motivos, depois de uma década de crescimento ininterrupto sustentado em aumentos de produtividade, a indústria e o comércio dos EUA vêm encarando com redobrada cautela os prognósticos mais entusiasmados, especialmente por estarem influenciados pela recomposição dos estoques industriais, pela construção de novas residências e pela ampliação dos gastos públicos desde o último trimestre de 2001.

Se de um lado a recuperação dos estoques vem ocorrendo também por meio da elevação das importações, sobretudo de produtos têxteis, eletrônicos e do vestuário, fato que estimula as exportações da Ásia, da União Européia e de outros emergentes como o Brasil, de outro recoloca para a economia americana o problema estrutural dos déficits comerciais, que há mais de dez anos atingem cerca de 4,5% do PIB.

No Brasil, a necessidade de financiamento do déficit em transações correntes do país, estimado em US\$ 20,0 bilhões, acrescida do serviço da dívida (juros e amortizações) anual de cerca de US\$ 30,0 bilhões, mantém a orientação macroeconômica de curto prazo refém das taxas de juros reais elevadas e da busca de elevados superávits fiscais primários para minimizar o efeito juros sobre o endividamento público.

A saída estrutural para a redução da vulnerabilidade conjugada entre desequilíbrio externo e interno abarca a expressiva melhoria dos resultados comerciais do país por meio de inversões na ampliação da capacidade produtiva exportadora e da ativação de projetos em substituição de importações competitivas.

Na verdade, a transformação do programa de estabilização de preços (Plano Real), integralmente absorvido pela sociedade, em projeto de desenvolvimento, impõe a implementação do segundo ciclo das reformas, incorporando complexas mudanças nos regimes tributário, fiscal, previdenciário e judiciário do país, além do aprimoramento da qualidade da eficiência das políticas do setor público e da instituição de esquemas internos adequados de financiamento.

Tais modificações poderão ensejar a substituição das âncoras provisórias da estabilização (câmbio, juros, metas de inflação etc.) pela âncora fiscal, diminuindo as pressões inflacionárias residuais provocadas pela situação de permanente desequilíbrio das finanças públicas nas diferentes esferas (união, estado e municípios), causado presentemente pelo serviço das dívidas.



# Retrospectiva da inflação em Curitiba

Maria Luiza de Castro Veloso\*, Gino Schlesinger\*\*

Em 2001, apesar da forte depreciação do real, não houve um grande salto na inflação, embora seja verdade que o IPCA nacional tenha atingido 7,67%, superando a meta de 4%.<sup>1</sup> Já o Índice de Preços ao Consumidor em Curitiba, para famílias que têm renda mensal de 01 a 40 salários mínimos, atingiu 5,90% em 2001, abaixo dos 6,23% registrados no ano anterior.

No índice regional, o grupo Alimentos e Bebidas, que apresentou elevação de 8,73%, foi responsável por 29% do índice geral de 2001. Entre os itens que mais influíram na inflação destacam-se: pão francês (25,84%), feijão preto (155,66%), arroz (47,22%) e almoço e jantar (refeição), com alta de 5,07%. No caso do pão francês, a alta é explicada pela necessidade de importação de grandes quantidades de trigo, o que torna a desvalorização da moeda nacional particularmente grave. Já a elevação no preço do feijão preto se deveu à queda na safra em razão da estiagem que atingiu não somente o Estado como também a Região Nordeste, o mesmo ocorrendo com o arroz no Rio Grande do Sul. Por outro lado, verificou-se forte queda nos preços do café em pó, desde o início do ano, acumulando uma variação de -20,36%, devido aos altos estoques do produto, que, quando colocados no mercado, provocaram redução nos preços<sup>2</sup>.

Um outro grupo que teve grande contribuição (24%) no índice de 2001 foi o de Despesas Pessoais, com alta de 8,78%. Os aumentos nos gastos com empregada doméstica (14,56%), cigarros (14,06%), curso fundamental – 1ª a 8ª séries (6,75%) e curso superior (8,97%) estão entre os que mais influenciaram este resultado. O reajuste no valor do salário mínimo (determinado pelo governo federal) reflete-se diretamente no salário das empregadas domésticas, que o tem como base.

É interessante colocar aqui a questão da sazonalidade de alguns produtos, o que significa dizer que esses produtos têm grandes variações de preços em determinadas épocas do ano. Como exemplo, pode-se citar as mensalidades escolares no início do ano; as excursões (turismo), cujos preços sofrem majoração nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro; as roupas e calçados da estação; e as frutas, verduras e legumes (que dependem dos períodos de safra e entressafra).

O terceiro grupo em influência foi o de Habitação, com alta de 8,52%, para a qual contribuíram os

aumentos em energia elétrica residencial (17,31%), condomínio (10,66%) e tarifa de água e esgoto (18,45%).

Os outros grupos de despesas não tiveram grande influência no resultado do IPC de 2001, em comparação com os demais já mencionados. Em Transporte e Comunicação, com alta de 2,73%, os produtos mais influentes foram: tarifa de ônibus urbano (25%), conserto de veículos (15%), telefone residencial – serviços (10,24%) e automóvel de passeio nacional zero km (4,40%). Ressalta-se aqui que o aumento na tarifa de ônibus urbano foi o que exerceu maior influência em todo o IPC, sendo responsável por 0,50 pontos percentuais. O grupo Saúde e Cuidados Pessoais teve aumento de 5,21%, tendo como grande contribuição a alta nos preços dos planos de saúde (25,96%), em contraposição à redução nos preços dos medicamentos anti-infecciosos e antibióticos (6,76%). No grupo Artigos de Residência, que aumentou em média 3,23%, os produtos que mais contribuíram para essa variação foram: móveis para copa e cozinha (14,54%), roupas de cama (10,75%) e televisor (3,09%). O grupo Vestuário apresentou a menor variação de preços em 2001 (1,31%), contribuindo com apenas 1,5% no índice geral, com destaque para a queda nos preços de bolsa feminina (18,35%).

Embora não tenha exercido grande influência no resultado final do índice anual, cabe mencionar o comportamento dos preços de alguns itens:

- aluguéis de imóveis residenciais, com alta de 1,20%;
- serviços de telefone celular, com variação de 17,01%;
- gás de botijão, com reajuste de 20,46%;
- tarifas bancárias, com elevação de 3,30%;
- combustíveis: gasolina, com aumento de 3,21%, e álcool, com redução de 7,95%;
- carnes bovinas, com majoração de 9,52%;
- passagens aéreas, com queda de 28,28%.

\*Economista, Coordenadora do Projeto IPC.

\*\*Economista, técnico do Projeto IPC.

Quanto aos índices mensais, pode-se observar na tabela 1 que os maiores resultados foram observados em janeiro (0,89%) e julho (1,05%), e o menor em fevereiro (-0,17%). Em janeiro a influência veio dos seguintes aumentos: tarifa de ônibus urbano, tarifas de táxi, plano de saúde, tarifa de água e esgoto, excursões turísticas e cursos (estes dois são produtos sazonais). Em julho, verificou-se alta nos preços dos seguintes itens: gasolina, ônibus urbano, energia elétrica residencial, telefone residencial (fixo) e excursões turísticas. Já no resultado de fevereiro tiveram grande influência as promoções nos preços de roupas e calçados.

TABELA 1 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - JAN-DEZ 2001

MÊS	VARIAÇÃO %
Janeiro	0,89
Fevereiro	-0,17
Março	0,17
Abril	0,67
Mai	0,45
Junho	0,31
Julho	1,05
Agosto	0,30
Setembro	0,31
Outubro	0,72
Novembro	0,42
Dezembro	0,64

FONTE: IPC/IPARDES

NOTAS: A classe de renda corresponde ao intervalo de 1 a 40 S.M.

Em negrito, as maiores variações, com alta e com queda.

Enfim, a inflação de 2001 foi afetada basicamente pela majoração de alguns preços públicos/administrados, pelo fator cambial e, até certo ponto, pela crise energética. Esses "ditos" preços públicos e administrados, bem como os impostos, foram responsáveis por 26% de todo o índice,

com destaque para transporte público (25%) e energia elétrica (17,31%).

TABELA 2 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) ACUMULADO EM CURITIBA, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS/SERVIÇOS - JAN-DEZ 2001

GRUPOS	PONDERAÇÃO (%)	VARIAÇÃO ACUM. (%)	CONTRIBUIÇÃO (PONTOS %)
Alimentos e Bebidas	19,8946	8,73	1,71
Despesas Pessoais	16,4415	8,78	1,42
Habituação	14,3802	8,52	1,20
Transporte e Comunicação	24,4975	2,73	0,67
Saúde e Cuidados Pessoais	10,5239	5,21	0,55
Artigos de Residência	7,4764	3,23	0,24
Vestuário	6,7859	1,31	0,09
Índice Geral	100,0000	5,90	5,90

FONTE: IPARDES

NOTA: A classe de renda corresponde ao intervalo de 01 a 40 salários mínimos.

Nesta tabela, os grupos estão por ordem de contribuição no IPC de 2001.

Nestes quatro primeiros meses de 2002, o IPC em Curitiba acumula uma alta de 2,27%, tendo sido registrados os seguintes índices para janeiro, fevereiro, março e abril, respectivamente: 0,88%, 0,20%, 0,40% e 0,78%.

A título de comparação, no ano de 2001, observaram-se índices mais baixos: 0,89% em janeiro, -0,17% em fevereiro, 0,17% em março e 0,67% em abril, acumulando variação de 1,56% no período.

O que vem pressionando a inflação neste começo de ano (excetuando-se os produtos sazonais, como mensalidades escolares e excursões turísticas) são os aumentos em tarifa de ônibus urbano (8,00%), tarifa de água e esgoto (8,89%), gás de botijão (29,42%) e leite pasteurizado (18,51%). A gasolina, que vinha apresentando queda de preços de aproximadamente 18% até fevereiro, começou a pressionar o IPC desde o mês de março, com alta de 9,16% neste mês e de 9,21% em abril. Além disso, houve aumento na alíquota do ICMS, que também se refletiu nos preços das tarifas de energia elétrica, telefone fixo e celular.

## NOTAS

<sup>1</sup>A meta estabelecida pelo Banco Central é baseada no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE.

<sup>2</sup>A maior oferta de um produto no mercado à disposição do consumidor, que não vem acompanhada de um aumento na demanda na mesma proporção, faz com que o preço caia; neste caso, o fato de a demanda pelo produto não estar em ascensão tem como consequência a sobra do mesmo no mercado.

# Toyotismo e o processo de motivação e de incentivo à inovação nas organizações

Silmara Cimbalista\*

Este texto descreve algumas variáveis inerentes ao processo de motivação dos indivíduos nas organizações e do incentivo à gestão de inovação de processo e produto. O trabalho baseia-se em uma pesquisa-piloto, realizada em duas empresas do ramo industrial na região de Curitiba/PR, no período de janeiro a abril de 2002. O projeto buscou propor soluções às empresas nos aspectos de gestão do processo produtivo, capacitação, pesquisa e desenvolvimento, e engenharia (P&D&E). O objetivo principal foi verificar a implementação de um modelo de gestão centrado no desenvolvimento das capacidades inovativas das organizações pesquisadas, bem como propor soluções alternativas à criação de um ambiente motivacional propício à inovação.

A pesquisa, de caráter experimental, foi aplicada nas áreas de capacitação intra-empresarial e competitividade, visando fornecer a empresários locais que já realizavam esforços significativos de modernização um quadro referencial mais aproximado de um conjunto de intervenções sistêmicas, com vistas a uma maior competitividade e lucratividade, seguindo modelos de gestão de alta performance, dos quais o *benchmark* utilizado foi o Sistema Toyota de Produção (toyotismo), como um novo paradigma de gestão nas organizações.

A primeira parte da pesquisa concentrou-se no diagnóstico das duas empresas, visando ao entendimento do contexto vivido e à análise de processos de inovação e motivação adotados por elas. A segunda parte consistiu na compatibilização dos dados, registros, documentos e informações obtidos nas empresas, levantando as percepções e opiniões por meio das entrevistas semi-estruturadas.

Para a finalidade deste texto, será dada maior ênfase à parte da pesquisa que verificou o processo motivacional e inovativo. A abordagem acerca da motivação para o trabalho inovativo utilizou-se de aparato teórico da literatura técnica nas áreas afins, e para a efetivação desse processo procurou-se entender os seguintes aspectos: o processo motivacional dos trabalhadores como fonte da inovação contínua na gestão e no processo produtivo; o funcionamento deste mecanismo dentro das organizações e a efetiva participação dos indivíduos no processo motivacional e de inovação; e as razões para que as organizações adotem estratégias motivacionais e propiciem um ambiente adequado à inovação.

Muitos estudos procuram, ainda, desvendar, tanto para a administração (empregador) como para os trabalhadores (empregados), as causas e conseqüências da (des)motivação, tentando saber como e quando ocorrem problemas e o que é possível fazer para solucioná-los de maneira eficaz.

A motivação dos indivíduos é um processo interno, em que cada um desenvolve impulsos motivacionais distintos em momentos diferentes, reconhecendo que estas forças afetam diretamente a maneira de encarar o trabalho e sua própria vida. Um motivo nada mais é do que uma necessidade, atua sobre o intelecto fazendo o ser humano agir, movimentar-se. A motivação nasce das necessidades humanas e é concebida como uma inclinação para a ação, tem origem em um motivo (necessidade). Conseqüentemente, a satisfação é o atendimento desta necessidade.

A motivação no ambiente organizacional confere substancial importância ao papel da satisfação no trabalho. Satisfação, aqui, entendida como uma conseqüência do desempenho, influenciado por diversos tipos de recompensas que os indivíduos recebem. A idéia de satisfação normalmente influencia a decisão das pessoas de trabalhar e permanecer no emprego. O conceito que o indivíduo tem de satisfação resulta das suas percepções de modo geral, de seu entendimento sobre o ambiente organizacional que o rodeia, bem como sobre si mesmo, e leva-o a ter uma atitude essencialmente afetiva e/ou avaliativa em face de uma idéia, pessoa ou acontecimento específico em sua vida pessoal ou profissional.

A compreensão de como os indivíduos tornam-se satisfeitos ou são motivados é extremamente complexa, e em algumas situações pode levar ao uso da influência do detentor do poder ao comandado. A dificuldade em entender o processo de motivação está no fato de que não há uma única motivação capaz de determinar como os trabalhadores se conduzirão com relação ao desenvolvimento de suas tarefas e, conseqüentemente, não há estratégia específica que faça com que todos, em todas as partes, tenham um

\*Mestre em Administração Pública pela FGV/RJ, técnica da equipe permanente desta publicação.

moral elevado. É preciso considerar as desigualdades humanas, as peculiaridades individuais, quer isto pareça ou não conveniente ao ambiente organizacional

---

*No processo motivacional deve-se levar em conta as desigualdades humanas, quer isto pareça ou não conveniente ao ambiente organizacional.*

---

Um dos pontos em que a motivação é considerada importante diz respeito ao sucesso empresarial, entendendo-o como uma forma efetiva de alcançar a realização de uma gestão. Tanto do ponto de vista da administração, como dos trabalhadores, o sucesso é um tipo de motivação que não nasce sozinho. Depende tanto da tecnologia adotada na organização como do desempenho e da qualidade exercidos pelas pessoas que ali trabalham em torno de um mesmo objetivo.

Embora as últimas décadas venham mostrando grandes transformações no mundo do trabalho, paradoxalmente os trabalhadores ainda enfrentam problemas de diversas ordens no desenvolvimento das atividades em seu ambiente organizacional.

Para entender o paradoxo entre a organização do trabalho e o trabalhador é necessário entender também as inúmeras mutações nos modelos de administração e as dificuldades encontradas em sua implementação. Percebe-se que, em termos de mercado globalizado, as transformações ocorreram de forma significativa, porém na administração das organizações os avanços ocorrem de forma muito mais lenta.

Os modelos de administração Ford/Taylor/Fayol, também denominados **fordismo**, continuam sendo usuais nas organizações brasileiras. Entretanto, a adoção de um modelo inovador, como o Sistema Toyota de Produção (toyotismo), é incipiente ou, quando utilizado, é adaptado, mediante técnicas e ferramentas, de forma errônea sobre o **velho** sistema.

Nada pior do que uma **má adaptação** de um modelo. O toyotismo não contempla apenas um modelo ou sistema de produção, mas uma nova filosofia e concepção da administração nas organizações. Prevê a revisão da missão e dos valores orquestrados em sintonia com o desenvolvimento da capacidade produtiva e inovativa da empresa e de seu corpo laboral, ou seja, um novo arquétipo, um novo modelo de produção e de empresa.

O século XX promoveu inúmeras conquistas na área tecnológica, transformando significativamente o mundo do trabalho e o dia-a-dia dos trabalhadores. De forma geral, as alterações na correlação entre forças como capital-tecnologia-trabalho vêm mostrando que, num país como o Brasil, este problema se dá devido à escassez de mão-de-obra qualificada e preparada para ocupar novas funções no mercado. Algumas tecnologias, como na área de informática, avançam com tamanha rapidez que muitas vezes não há tempo suficiente para manter os empregados atualizados para absorver e aplicar todo o volume desses novos conhecimentos.

Apesar das sensíveis melhorias no discurso das organizações, a prática ainda está longe de acontecer. Muitos empregados continuam trabalhando por trabalhar, desconhecem os objetivos da administração, estão na organização mas não têm conhecimento de sua participação nos negócios da empresa.

Diante disso, cabe perguntar: por que as empresas brasileiras continuam desmerecendo a participação de seus trabalhadores dos negócios da organização? Por que descuidam da satisfação de seus empregados e do processo motivacional que incentiva a inovação? São questões difíceis de responder, mas infelizmente são recorrentes no dia-a-dia das empresas brasileiras. Uma forma de responder a estas questões é unindo a teoria com a prática, revisitando, mesmo que de forma breve, o que as teorias da administração de ontem e de hoje têm a dizer.

A teoria da administração do final do século XIX e início do século XX mostra as idéias de Taylor e, posteriormente, de Fayol e Ford. Os modelos desses precursores da ciência da administração, como dito anteriormente, sobrevivem na administração das organizações brasileiras. Seus métodos e técnicas visam à execução das atividades dos trabalhadores como se estes fossem extensões da máquina. A concepção de qualidade, à época, estava ligada à quantidade de peças produzidas no menor tempo e com grande rapidez. O encadeamento dos processos seguia o conceito conhecido ainda hoje de linha de montagem. Portanto, não havia nenhum tipo de preocupação com o homem e suas necessidades peculiaridades como indivíduo participante dos processos da organização.

O sistema de produção japonês, tal como é estruturado atualmente, surgiu nos vinte e cinco anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, na Toyota Motor. Seu idealizador, Taiichi Ohno, criou o método chamado *ohnoísmo*, ou, como é popularmente chamado, Sistema Toyota de Produção (toyotismo). O modelo é considerado um novo formato empresarial designado sob diversas formas, variando em função da ênfase dada por diferentes autores, em determinado aspecto, ou da origem das inovações, como produção de alta performance, fabricação enxuta, produção enxuta, automação flexível, *just-in-time/kanban* e toyotismo, que são as mais conhecidas.<sup>1</sup>

O toyotismo, aplicado às empresas japonesas, produziu, em primeiro lugar, a sua flexibilidade para se ajustar às condições da demanda, em termos de tempo e custo-preço; em segundo, os elevados padrões de qualidade e de diversidade de características dos produtos; e, em terceiro lugar, a sua capacidade de inovar permanentemente processos e produtos. No Brasil, onde as empresas primam por utilizar-se de modismos, independentemente da procedência ou de sua real aplicabilidade, o toyotismo, quando adotado, pareceu ser uma flexibilização do fordismo.

O sistema toyota tem outro entendimento com relação à obediência às regras e regulamentos nas empresas. Centra-se na produtividade em função dos resultados a serem alcançados e, nesse sentido, existe

um sério conflito entre o velho modelo e a filosofia japonesa. O modelo japonês prevê a adoção de uma filosofia básica que evita o desperdício: *muda*, e que promove o melhoramento contínuo: *kaizen*.<sup>2</sup>

O *kaizen*, em poucas palavras, significa a busca do melhoramento contínuo em todos os aspectos, refletindo na produtividade, na qualidade sem gasto ou com um mínimo de investimento. Sob o ponto de vista tratado aqui, o empregado, na visão do *kaizen*, pensa em como desenvolver seu trabalho melhorando-o sempre, continuamente, reduzindo custos para a empresa e alimentando a idéia de mudanças positivas e continuadas. O trabalho coletivo prevalece sobre o individual. O ser humano é visto como o bem mais valioso das organizações, e deve ser estimulado a direcionar seu trabalho para as metas compartilhadas da empresa, atendendo suas necessidades humanas e se realizando por meio do trabalho. Satisfação e responsabilidade são valores coletivos. Estas mudanças nos valores dos indivíduos e da organização são extremamente difíceis de ocorrer, mas não são impossíveis.<sup>3</sup>

A ênfase da visão japonesa de recursos humanos está no trabalho grupal, na cooperação entre os indivíduos e no aproveitamento das potencialidades humanas. O modelo prevê estabilidade no emprego, distribuição de bônus e outros benefícios, ascensão na carreira de forma lenta e gradativa, capacitação dos trabalhadores intensa e continuada, busca constante da harmonia entre homem, máquina e processo. A cultura organizacional procura estabelecer um clima de confiança e responsabilidade, baseado no respeito à hierarquia, na participação das pessoas no desenvolvimento da tarefa, nas decisões consensuais e na harmonia das relações interpessoais.

Enfim, apesar dos esforços dos teóricos das inúmeras escolas e teorias da administração do século passado, hoje, neste novo século, muitas organizações ainda tentam flexibilizar o fordismo e adotar a filosofia do modelo japonês de produção, porém a adoção de um modelo como o toyotismo transcende o modismo, extremamente disseminado nas organizações brasileiras. Tornar real a satisfação no trabalho, a motivação, e promover um ambiente propício à inovação no ambiente organizacional são ainda hoje grandes desafios da administração nas empresas brasileiras.

Sabe-se que não basta entender o mundo dos negócios sem que se compreenda as sutilezas humanas e sem que se aja de forma conseqüente. É preciso lançar um olhar além do fator humano e considerar o indivíduo na sua unidade e especificidade, como ser singular, de palavra, desejos e emoções, ser objeto e sujeito. É preciso estar atento às suas dimensões éticas e culturais, assim como aos elementos de sua subjetividade.

Estar atento a essas demandas é construir um ambiente propício à motivação e ao exercício da criatividade, entendendo que organizações devem ser organismos vivos, com cultura e valores compatíveis com sua prática, centradas no desenvolvimento das competências de seus colaboradores, indicando claramente o quanto estes são importantes para a empresa.

Ainda, quando as organizações são centradas nas pessoas, normalmente compartilham informações. Parte-se do princípio de que, se é preciso utilizar o capital intelectual dos trabalhadores, estes têm que compreender com detalhes os resultados apresentados pela empresa e o que ela está tentando fazer. Deveria haver, assim, pleno compartilhamento de informações em toda organização.

O desenvolvimento de competências deve basear-se em um bom fluxo de informação, responsabilidade e confiança mútua, como dita um dos princípios básicos do *kaizen*. Esta mudança comportamental deve atingir todos os níveis da empresa, para que se crie efetivamente um ambiente motivacional para a inovação. Este ambiente requer mais que a simples mudança; requer a adoção de uma nova filosofia de trabalho, que leve o trabalhador a sentir-se motivado para inovar. Separar o trabalho manual do intelectual e romper com a visão fordista torna-se uma necessidade fundamental para a criação de um ambiente motivacional à inovação. Desta forma, contribui para se atingir níveis almejados de competitividade nas empresas e, progressivamente, fazer das inovações procedimentos permanentes.

---

*O toyotismo muda o paradigma fordista e mostra que por meio da busca incessante de aperfeiçoamento, autonomia, trabalho polivalente, mas sobretudo confiança e conhecimento, é possível motivação de forma crescente e aperfeiçoada.*

---

Este tipo de ambiente inerente ao toyotismo muda o paradigma fordista, mostrando que através da busca incessante de aperfeiçoamento contínuo nos procedimentos de trabalho, na delegação de autonomia, no trabalho polivalente, mas sobretudo do conhecimento geral e amplo dos processos produtivos, existe motivação para efetuar tarefas de forma crescentemente aperfeiçoada. Dito resumidamente, tem-se trabalhadores mais motivados e um ambiente propício ao desenvolvimento da inovação.

Empresas preocupadas com a motivação e criação de um ambiente propício à inovação e à criatividade normalmente alinham seus sistemas de recompensa. Organizações centradas nas pessoas não destacam o dinheiro como fator primário de motivação; preferem salientar as recompensas intrínsecas do prazer, do crescimento, do trabalho em equipe, do desafio e da realização. Para tanto, proporcionam aos trabalhadores oportunidades constantes de se sentirem bem com relação às suas conquistas e de contarem com o reconhecimento de pessoas com quem se importam, como seus colegas e chefes.

Assim, o alinhamento e a consistência geral desses elementos concretizam os reais valores da organização. O ponto nevrálgico se dá, muitas vezes, no gerenciamento desses elementos das empresas – deve haver um alinhamento e consistência entre todas essas ferramentas caso se queira que os valores sejam postos em prática de modo eficaz.

Nesse sentido, a administração das empresas deveria procurar mecanismos que tornassem o ambiente de trabalho mais produtivo, agradável e propício à inovação, respeitando as características de cada atividade no sentido de valorizar o trabalho a ser desenvolvido e de oferecer condições necessárias (físicas e psicológicas) para o exercício deste, de forma a estimular a criatividade e não a fuga de responsabilidades. Somente assim as empresas serão capazes de concorrer positivamente para a motivação e satisfação dos seus trabalhadores.

Os resultados obtidos nas empresas pesquisadas permitem concluir que o modelo japonês requer uma total revisão da missão, mas, principalmente, dos valores das organizações. Sabe-se que mudanças de atitude dessa natureza demandam tempo e a adoção de nova filosofia por parte da organização. O trabalhador é uma fonte de inovações para a organização. Porém, para que ele inove é necessário que esteja plenamente motivado. Faz-se necessário que as empresas reavaliem seu comportamento com relação aos seus trabalhadores, visando criar um melhor ambiente de trabalho, proporcionando liberdade para expressar idéias, compartilhar e propor soluções aos problemas comuns na empresa, sabendo-se que, dessa forma, o trabalhador se sentirá realizado e com alto grau de comprometimento com a organização.

As pessoas precisam ser ouvidas, reconhecidas pelos seus pares e se sentir realizadas, tanto no aspecto econômico como no pessoal. Se o trabalhador se sentir motivado, vai inovar, e, por estar inovando, se sentirá novamente motivado. Sugeriu-se a criação de Círculos de Desenvolvimento de Inovação (CDI), entendidos como grupos setoriais que desenvolvem trabalhos e resolvem problemas cotidianos através do *know-how* e *know why*, promovendo a melhoria contínua nos processos de trabalho e desenvolvimento de novos

produtos. Este desenvolvimento deve ser feito em conjunto com o departamento de P&D&E da empresa.

Deve-se valorizar o conhecimento tácito do trabalhador. Este conhecimento é extremamente valioso para o processo de inovação continuada, criando um ambiente onde o trabalhador possa colocar em prática seu espírito empreendedor, ou seja, é necessário dar liberdade para que ele seja criativo. Isto significa dizer que o trabalhador estará engajado na construção de um novo ambiente de trabalho, numa administração mais participativa e comunicativa, construindo, inovando, e não apenas executando as tarefas que lhe são atribuídas. Ademais, além de produzir estará inovando, pois seu trabalho torna-se uma das principais dimensões de expressão da sua vida.

O *feedback* deveria ser uma ferramenta usual para o aperfeiçoamento individual e profissional da gerência ao trabalhador e vice-versa, ou seja, tornar o trabalhador participe de todos os processos da empresa, para que ele saiba qual a sua contribuição no todo e nas partes do processo produtivo. Isto quer dizer que, por meio da capacitação contínua, o trabalhador terá maior conhecimento sobre o produto da empresa, para que serve e como ele transita dentro da organização. Terá, portanto, a visão global da empresa e qual o seu papel no processo produtivo.

Entende-se que a implementação e o acompanhamento de todas estas ações transformariam o **velho** sistema em uma administração focada no indivíduo e na sua efetiva participação nos processos da empresa. De qualquer maneira, mesmo que o caminho da motivação e do incentivo à inovação no trabalho dos brasileiros seja extremamente árduo, ainda é possível encontrar soluções, melhorando o sistema de remuneração e participação nos resultados, aumentando a valorização e a satisfação dos profissionais, tornando exequível um sistema mais centrado no indivíduo em suas organizações.

---

## REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, Cecília; CODA, Roberto (Org.). **Psicodinâmica da vida organizacional**: motivação e liderança. São Paulo: Atlas, 1997.
- CORIAT, Benjamim. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.
- DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Org.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2001.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.
- PURI, Subhash. **Gestão da estabilidade**: a arte de manter, motivar e criar desafios para colaboradores. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

## NOTAS

<sup>1</sup>PASSOS, Carlos Artur Krüger. **Novos modelos de gestão e as informações**. S. l., 1999. Não publicado.

<sup>2</sup>TSUTSUMI, Yasuhiko. **Kaizening e suas aplicações**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná, 1997. p. 6-7.

<sup>3</sup>FERREIRA, Ademir Antonio.; REIS, Ana Carla Fonseca.; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 2002. p. 150-154.

# Paraná – Destaques Econômicos<sup>1</sup>

Julio Takeshi Suzuki Júnior<sup>2</sup> Luiz Fernando Oliveira Wosch<sup>3</sup>  
Silmara Cimbalista<sup>4</sup> Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki<sup>5</sup>

## AGROPECUÁRIA

### Área de algodão registra queda

O Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) estimou nova redução no plantio de algodão. O Estado, que teve plantados 704,5 mil hectares na safra de 1991/92, reduziu a área para 41,4 mil hectares na safra 2001/02.

Com 11,0 mil hectares, a região de Campo Mourão é a maior produtora de algodão do Paraná, seguida pela região de Umuarama, com 6,2 mil hectares.

PARANÁ colhe a menor safra de algodão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 mar. 2002. p.20.

## AGROINDÚSTRIA

### Coopavel faturou R\$ 388 milhões em 2001

A Cooperativa Agropecuária Cascavel (Coopavel) registrou em 2001 expansão das atividades industriais, responsáveis por cerca de 70% do faturamento da cooperativa.

A produção da indústria de óleos cresceu 10% em relação a 2000. Já o processamento do setor de laticínios saltou de 14 milhões para 16 milhões de litros de leite, acompanhando o incremento na produção do matizeiro. Em 2001, a unidade produziu 20 milhões de aves, superando o resultado relativo a 2000, com 13 milhões de aves.

No ano passado, o faturamento da Coopavel atingiu R\$ 388 milhões, cifra 19% superior à registrada em 2002. Como resultado, o lucro da cooperativa cresceu 40%, alcançando R\$ 13,8 milhões.

KARAN, Mirian. Paranaense Coopavel tem lucro 40% maior em 2001. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 mar. 2002. Caderno Agronegócios, p.B12.

### Allvet investe R\$ 2,5 milhões

A Allvet Química Industrial Ltda. anunciou investimentos de R\$ 2,5 milhões na instalação de uma fábrica de rações para bovinos e na expansão de sua unidade industrial de produtos veterinários.

Com a ampliação da fábrica, a empresa espera ampliar a capacidade de produção da linha veterinária, de 600 mil para 1,2 milhão de litros anuais. Já com a nova unidade, que está sendo construída em Cambé, a Allvet passará a produzir quinze produtos para nutrição animal, fortalecendo sua presença no mercado de rações e minerais para a bovinocultura.

DENARDIN, Valmir. Allvet amplia fábrica de produtos e aumenta rede de franquias no varejo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 abr. 2002. Caderno Sul, p.4.

## INDÚSTRIA

### New Holland lança novos modelos

A New Holland, localizada em Curitiba, investiu cerca de US\$ 20 milhões no projeto de novos tratores da linha TS, que chegam ao mercado brasileiro em maio. Para setembro, está previsto o início das vendas dos novos produtos nos países do Mercosul e, no mês de novembro, em outros mercados no exterior.

A expectativa é produzir 3,5 mil unidades/ano do novo veículo, dos quais 1,5 mil serão destinados ao mercado externo. Com a nova linha, a produção total na unidade paranaense atingirá aproximadamente 12 mil unidades/ano, com a geração de mais 150 empregos. Atualmente, a New Holland emprega cerca de mil funcionários em Curitiba.

NEW Holland lança produto mundial fabricado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 mar. 2002. p.19.

### Norske investe no Paraná

A empresa norueguesa Norske Skog Pisa S.A., segunda maior fabricante de papel de imprensa do mundo, investirá cerca de R\$ 980 milhões na implantação de uma fábrica em Jaguariáiva,

<sup>1</sup>Elaborado com informações disponíveis no período de 01/03/2002 a 30/04/2002.

<sup>2</sup>Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

<sup>3</sup>Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

<sup>4</sup>Mestre em Administração Pública, técnica da equipe permanente desta publicação.

<sup>5</sup>Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

a 280 quilômetros de Curitiba, no mesmo complexo em que está instalada a Pisa, empresa pertencente à Norske.

A Norske pretende suprir 60% da demanda nacional por papel de imprensa e destinar de 10% a 20% da sua produção aos países da América do Sul.

A fábrica vai entrar em funcionamento em 2005, devendo gerar 200 empregos diretos. Além disso, irá acrescentar 350 mil toneladas à produção da Pisa, que atinge atualmente 180 mil toneladas/ano.

BRUNS NETO, Romeu de. Norske faz do Paraná líder na produção nacional de papel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 mar. 2002. p.22.

GUETHS, Maigue. Fábrica quer atender 70% do mercado de papel para jornais. **Folha de Londrina**, 14 mar. 2002. Caderno Folha Economia, p.4.

RANGEL, Cristiane. Norske investe US\$ 410 milhões em fábrica de papel de imprensa. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 mar. 2002. Caderno Sul, p.4.

## Paraná assina protocolos de intenção

Em 2001, 38 empresas assinaram protocolos de intenção de investimentos com o governo estadual. No total, os investimentos superarão a marca de R\$ 1,0 bilhão, com a geração de milhares de empregos.

Dentre os novos projetos de expansão/instalação de unidades industriais, destacam a construção da fábrica da Guardian em Balsa Nova e a implantação de uma indústria farmacêutica da Hexal em Cambé.

ROZA, Deise. Obras incrementam industrialização. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2002. Caderno Economia, p.1.

## Leão Júnior aposta no crescimento do mercado

A Leão Júnior, fabricante do Mate Leão, deverá instalar uma nova unidade no município de Quatro Barras em 2003. No ano passado, a empresa investiu R\$ 11,4 milhões no país, devendo destinar

PROTOCOLOS DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS, NO PARANÁ – 2001

MUNICÍPIO	EMPRESA	INVESTIMENTOS (R\$ milhões)	EMPREGOS	PRODUTO
Curitiba	FGVT Brasil	3,8	85	Produtos metalúrgicos
	Warbel	2	50	Correias
	Bosch	314	200	Sistemas de injeção para motores diesel
	Amsted-Maxion	-	-	Vagões
Mandirituba	Taurus Capacetes	8,7	560	Capacetes
	Taurusplast	16,6	96	Caixas plásticas
Almirante Tamandaré	Taurus Blindagem	8,7	420	Coletes
	Brahma	5,7	30	Refrigerantes e água mineral
Araucária	Fakolith	5,5	20	Tintas
	Roveco	3	58	Pneus
São José dos Pinhais	AGP	37	300	Vidros blindados
Pinhais	York	5,7	155	Equipamentos para ar-condicionado
	Moinho do Nordeste	6	70	Farinha de trigo
	Demo do Brasil	0,85	19	Painéis de controle de climatização para veículos
	Graffo	1	30	Embalagens flexíveis
Colombo	Allbrands	1	35	Alimentos
Quatro Barras	IB-Mei	20	160	Motores para refrigeração
Campo Largo	Aspro do Brasil	1,9	20	Compressores
	Peccin	10	350	Doces e chicletes
Balsa Nova	Guardian	300	1200	Vidros planos
	Tecnotan	1	31	Embalagens plásticas e metálicas
Cel. Domingos Soares	Lavrama	2,1	200	Madeira serrada
Palmeira	Itesa	17	516	Peças de alumínio e ferro
Cambé	Inquima	7	118	Produtos químicos
	Wittur	0,94	35	Sistemas de portas automáticas para elevadores
	Hexal	108	500	Produtos farmacêuticos
Assaí	PVC Mundial	-	240	Tubos e conexões
	JK Metalúrgica	1,5	50	-
Londrina	Fast Frio	6	200	Equipamentos para padarias, supermercados e lojas
Turvo	Ibema	60	552	Cartão duplex
Santo Inácio	Vigor	7,6	60	Leite pasteurizado
Telêmaco Borba	Kemira	11	20	Produtos químicos
Paranaguá	Insit	26,7	90	Embalagens
Cambará	Lua Nova	11,7	150	Alimentos
Lapa	Radobra	251	25	Refrigeradores de carga de ar para o setor automotivo
Maringá	Raudí	72,5	450	Bicarbonatos, acetatos e derivados
Jacarezinho	Frigoríficos Rajá	3,9	140	Carne suína
Joaquim Távora	Frigoríficos Rajá	2,8	140	Carne suína

FONTE: ROZA, Deise. Obras incrementam industrialização. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2002. Caderno Economia, p.1.



outros R\$ 7,0 milhões à fábrica de Pavuna, no Estado do Rio de Janeiro.

A empresa, que hoje detém cerca de 66% do mercado brasileiro de chás secos e 85% das vendas de mate pronto para beber, aposta no seu crescimento. Em 2001, a Mate Leão registrou faturamento de R\$ 110 milhões, superando em 2,8% os números do ano anterior. Para 2002, a empresa estima um crescimento da ordem de 10%.

GASPARIN, Mirian. Leão Júnior vai investir R\$ 7 milhões na produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2002. p.7.

## Montadoras realizam distribuição de Lucros

A Volvo do Brasil, instalada em Curitiba, pagou a seus 1,5 mil funcionários o valor referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2001. Paga no mês de março, a PLR variou de 1,6 a 3,0 salários, como conseqüência do bom resultado registrado pela Volvo, que no ano passado faturou R\$ 1 bilhão.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, as montadoras de veículos e as fornecedoras de autopeças instaladas no Estado pagaram R\$ 22 milhões aos seus funcionários no ano passado, o que representou crescimento de 50% em relação ao montante da PLR pago em 2000.

A Volkswagen/Audi foi a empresa que mais destinou recursos para o pagamento da PLR em 2001, com cada um dos seus 2,8 mil funcionários recebendo R\$ 1,8 mil.

VOLVO divide lucro com metalúrgicos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mar. 2002. p.23.

## GEFCO se instala noParaná

A Gefco, empresa de transporte e logística do grupo Peugeot-Citroen, vai inaugurar em maio um centro de distribuição em São José dos Pinhais, que contará com um armazém de 2,5 mil metros quadrados. A unidade servirá como entreposto, ligando o Sul a outras regiões do país e ao exterior.

Neste ano, a empresa espera transportar 70 mil veículos da fábrica Peugeot-Citroen, superando o resultado registrado em 2001, quando foram transportados 48 mil automóveis. Estima-se que o faturamento da Gefco atingirá R\$ 65 milhões em 2002, acima do valor de R\$ 32 milhões relativo a 2001.

FÉLIX, Rosana. Transportadora da Peugeot instala unidade no Paraná. **Folha de Londrina**, 5 abr. 2002. Caderno Folha Economia, p.2.

## Fábrica de rodas é inaugurada em Araucária

A TSW, fabricante multinacional de rodas de alumínio, inaugurou em abril sua unidade industrial no município de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba.

A nova fábrica, denominada TSW-Roveco, ocupa uma área de 7 mil metros quadrados e deverá empregar cerca de 40 pessoas. Nos primeiros meses de atividade, a produção da unidade, estimada em 20 mil rodas/mês, será destinada ao mercado interno.

TSW inaugura fábrica de rodas em Araucária. **Folha de Londrina**, 16 abr.2002. Caderno Folha Economia, p.3.

## Gerdau investe no Paraná

Em abril de 2002, o grupo Gerdau anunciou investimentos de R\$ 50 milhões na modernização de duas fábricas instaladas no Paraná. As unidades da Siderúrgica Guaíra, pertencente ao grupo Gerdau, estão localizadas em Araucária, onde funciona uma aciaria, e em Curitiba, onde é realizada a laminação de vergalhões.

A unidade instalada na capital paranaense tem capacidade para produzir cerca de 170 mil toneladas de vergalhões por ano.

KARAN, Mirian. Gerdau investe R\$ 50 milhões no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 abr. 2002. p.B4.

## Renault implanta armazéns de peças para reposição

Visando agilizar o atendimento pós-venda no território nacional e no Mercosul, a Renault inaugurou uma central de peças de reposição para veículos Renault-Nissan em Jundiá/SP e anunciou a construção de um novo armazém em São José dos Pinhais/PR.

No armazém de Jundiá foram investidos R\$ 1 milhão e no de São José dos Pinhais, que contará com 5 mil metros de área construída, deverão ser aplicados aproximadamente R\$ 2 milhões.

Em 2000, a Renault comercializou 56 mil veículos, ampliando para 70 mil no ano seguinte. Para 2002, a meta da empresa é atingir a marca de 90 mil unidades.

FINETO, Maria. A Renault do Brasil investe em novos armazéns de peças para reposição. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25 mar. 2002. Caderno Sul, p.3.

## INFRA-ESTRUTURA

### Complexo de pontes de Porto Camargo liga o Paraná ao Centro-Oeste

No mês de março, o Presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou o complexo de pontes de Porto Camargo, que liga o município de Icaraíma, no Noroeste do Paraná, a Naviraí, no Mato Grosso do Sul. Com 16 quilômetros de extensão, as cinco pontes exigiram recursos da ordem de R\$ 155 milhões.

A obra facilitará o escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste, maior produtora de soja, por meio do Porto de Paranaguá, uma vez que a travessia do rio Paraná deixará de ser realizada por meio de balsas.

KARAN, Mirian. Complexo facilita acesso do Centro-Oeste a Paranaguá. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 mar. 2002. Caderno Empresas, p.B9.

MOREIRA, Vânia. FHC inaugura hoje complexo de pontes em Porto Camargo. **Folha de Londrina**, 14 mar. 2002. Caderno Folha Cidades, p.8.

### Copel inaugura nova subestação em Londrina

Em março, foi inaugurada uma nova subestação de energia elétrica da Copel. A subestação Semíramis, que tem uma potência

de 14 MVA, foi instalada na zona norte de Londrina, região com grande potencial de crescimento industrial e residencial.

Com a nova unidade, a capacidade instalada da Copel em Londrina passa para 319,69 MVA, muito acima da demanda atual (181,20 MVA). Segundo a Copel, a subestação recebeu investimentos de R\$ 1,8 milhão.

DIAS, Emerson. Nova subestação garante folga de energia em Londrina. **Folha de Londrina**, 22 mar. 2002. Caderno Folha Economia, p.3.

---

## Desvio ferroviário exigirá investimentos de R\$ 79 milhões

A construção do desvio ferroviário de Curitiba, que ligará a estação de Tranqueira, em Almirante Tamandaré, a de Guajuvira, em Araucária, exigirá recursos da ordem de R\$ 79 milhões. Neste ano, o Ministério dos Transportes liberará cerca de R\$ 23 milhões para a implantação do primeiro trecho, que terá uma extensão de aproximadamente 15 quilômetros.

Atualmente, o ramal ferroviário atravessa doze bairros da capital, afetando uma população de cerca de 250 mil habitantes. Com a instalação do desvio, o transporte ferroviário cortará áreas pouco habitadas nos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro e Araucária.

OKUBARU, Fábio. Começa levantamento de áreas do ramal ferroviário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mar. 2002. p.10.

---

## Copel anuncia lucro recorde

Em 2001, a Copel registrou lucro líquido de R\$ 475,3 milhões, superando em 10% o resultado apurado em 2000. A receita líquida atingiu R\$ 2,3 bilhões, resultado que correspondeu a um aumento de 11,9% em relação à cifra registrada no exercício anterior.

As despesas operacionais alcançaram R\$ 1,6 bilhão, suplantando em 15,1% o resultado contabilizado em 2000. Já os investimentos realizados somaram R\$ 430,4 milhões no ano passado, com destaque para os R\$ 54,6 milhões aplicados em projetos de geração de energia, os R\$ 61,9 milhões em transmissão e os R\$ 189,9 milhões em distribuição.

LUCRO da Copel é de R\$ 475,3 milhões. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 2 abr. 2002. Caderno Economia, p.17.

---

## Compagás investe em rede de gás em Curitiba

A Compagás está investindo R\$ 20 milhões na construção de 100 quilômetros de rede de gás natural, com o início do funcionamento previsto para junho de 2002.

Inicialmente, o produto será fornecido apenas para edifícios, devendo atender casas e estabelecimentos comerciais em uma etapa posterior. As primeiras tubulações estão sendo instaladas nos bairros Batel, Champagnat, Água Verde e Campo Comprido,

áreas cujo potencial de consumo está estimado em 45 mil metros cúbicos de gás natural por dia.

CALDERON, Cynthia. Compagas investe R\$ 20 milhões em sistema de gás encanado. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 abr. 2002. Caderno Sul, p.2.

EMPRESA faz rede em Curitiba. **Folha de Londrina**, 12 abr. 2002. Caderno Economia, p.3.

---

## Terminal de Exportação é inaugurado no Porto de Paranaguá

A Paraná Operação Portuária S.A (Pasa), empresa criada por nove usinas do Estado, anunciou a inauguração de um terminal de exportação de açúcar no Porto de Paranaguá.

O empreendimento exigiu investimentos de R\$ 20 milhões, devendo gerar cerca de 70 empregos com início das atividades. No corrente ano, deverão ser embarcados cerca de 1 milhão de toneladas de açúcar no terminal, incluindo os serviços prestados a terceiros. Segundo a Pasa, as despesas portuárias deverão cair entre 20% e 30%.

De acordo com a Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Paraná (Alcopar), o Paraná deverá colher 23,5 milhões de toneladas de cana nesta safra e produzir 1,35 milhão de toneladas de açúcar, garantindo a segunda posição entre os estados brasileiros.

CHAGAS, Newton. Usinas reduzem despesas portuárias no PR. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 abr. 2002. p.B16.

---

## INFLAÇÃO

### Curitiba registra a 3ª maior inflação entre as capitais

Em fevereiro, Curitiba apresentou a terceira maior inflação entre onze capitais brasileiras pesquisadas. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede o custo de vida para famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, apresentou alta de 0,63% em relação a janeiro. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), relativo à inflação para as famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos, subiu 0,74%, acima da taxa de 0,31% registrada em nível nacional.

No caso do específico do IPCA, os itens que puxaram a alta dos preços foram educação, com elevação de 5,64%, e saúde e cuidados pessoais, que registrou aumento de 1,56%.

INFLAÇÃO sobe para 0,63% em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 mar. 2002. p.23.

FÉLIX, Rosana. Inflação em Curitiba é 3ª maior entre capitais. **Folha de Londrina**, 13 mar. 2002. Caderno Folha Economia, p.1.

---

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 915	176 700	2 457	79 257	188 157	2 374	32 052	583 133	18 193
2002 <sup>(1)</sup>	36 059	83 301	2 310	77 934	182 013	2 335	32 936	642 397	19 504

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	61 974	27 865	450	331 582	27 000 236	81 429	43 639	77 470	1 775
2002 <sup>(1)</sup>	122 870	110 537	900	343 972	28 150 165	81 839	42 440	117 498	2 769

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 586	470 724	1 098	170 914	3 557 372	20 814	2 827 641	12 537 909	4 434
2002 <sup>(1)</sup>	506 384	585 592	1 156	159 927	3 380 944	21 141	2 403 145	9 616 557	4 002

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	435	933	2 145	2 823 675	8 628 228	3 056	881 071	1 764 205	2 002
2002 <sup>(1)</sup>	505	1 104	2 186	3 287 323	9 535 090	2 901	998 373	2 289 786	2 294

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa. No ano de 2002, os dados referentes à cultura do feijão incluem somente as safras das águas e da seca.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-MAR 2002

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Mai	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002												
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ -1982-MAR 2002

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Mai	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002												
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 – EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2001

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 381	51,98	178 801	9,89	675 824	37,40	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 071 499	50,78	206 641	9,79	818 940	38,81	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 193 061	48,09	192 236	7,75	1 080 298	43,54	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 460 149	41,64	487 515	13,90	1 537 436	43,84	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 671	40,36	647 327	18,15	1 461 837	40,98	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 080 774	49,01	577 509	13,60	1 562 648	36,80	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 261	11,54	1 740 800	35,86	28 727	0,59	4 854 032
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,06	3 932 564
2000 <sup>(1)</sup>	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001 <sup>(1)</sup>	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 – COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2000-2001

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2001		2000		Variação (%)	2001		2000		Variação (%)	2001 (%)	2000 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07	58 222 642	100,00	55 085 595	100,00	5,69	9,13	7,97
União Européia	1 890 819	35,56	1 547 435	35,23	22,19	14 865 365	25,53	14 784 089	26,84	0,55	12,72	10,47
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	957 412	18,00	662 226	15,08	44,57	14 378 147	24,70	13 366 060	24,26	7,57	6,66	4,95
Ásia (excl. Oriente Médio)	669 484	12,59	521 067	11,86	28,48	6 949 361	11,94	6 324 177	11,48	9,89	9,63	8,24
Mercosul	522 097	9,82	622 093	14,16	-16,07	6 363 655	10,93	7 733 070	14,04	-17,71	8,20	8,04
Oriente Médio	399 050	7,50	276 840	6,30	44,14	2 041 257	3,51	1 338 239	2,43	52,53	19,55	20,69
Demais da Aladi	325 118	6,11	328 003	7,47	-0,88	5 860 932	10,07	5 168 609	9,38	13,39	5,54	6,35
Europa Oriental	197 531	3,71	107 490	2,45	83,77	1 699 118	2,92	972 283	1,77	74,76	11,63	11,06
África	154 952	2,91	105 533	2,40	46,83	1 988 425	3,42	1 346 818	2,44	47,64	7,79	7,84
Outros <sup>(1)</sup>	201 046	3,78	221 404	5,04	-9,19	4 076 382	7,00	4 052 250	7,36	0,60	4,93	5,46
IMPORTAÇÃO	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20	55 580 718	100,00	55 783 343	100,00	-0,36	8,87	8,40
União Européia	1 922 991	39,03	1 651 808	35,26	16,42	14 821 511	26,67	14 048 413	25,18	5,50	12,97	11,76
Mercosul	815 537	16,55	1 054 969	22,52	-22,70	7 010 001	12,61	7 796 132	13,98	-10,08	11,63	13,53
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	608 929	12,36	488 844	10,44	24,57	13 037 354	23,46	13 002 266	23,31	26,99	4,67	3,76
África	468 456	9,51	295 315	6,30	58,63	3 325 436	5,98	2 908 184	5,21	14,35	14,09	10,15
Ásia (excl. Oriente Médio)	409 942	8,32	339 344	7,24	20,80	8 924 823	16,06	8 592 987	15,40	3,86	4,59	3,95
Demais da Aladi	292 668	5,94	399 813	8,54	-26,79	3 008 948	5,41	3 863 370	6,93	-22,12	9,73	10,35
Europa Oriental	140 971	2,86	153 246	3,27	-8,01	1 112 134	2,00	1 161 512	2,08	-4,25	12,68	13,19
Oriente Médio	128 581	2,61	110 634	2,36	16,22	1 472 119	2,65	1 559 945	2,80	-5,63	8,73	7,09
Outros	139 509	2,83	190 062	4,06	-26,60	2 868 392	5,16	2 850 534	5,11	0,63	4,86	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN/MAR- 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	206 112	23,09	261 039	26,21	- 21,04
Automóveis	112 062	23,09	182 635	26,21	- 38,64
Motores para autoveículos	38 951	12,55	7 776	18,33	400,92
Autopeças	35 529	3,98	40 235	4,04	- 11,70
Tratores e partes	9 218	12,55	8 866	18,33	3,97
Autoveículos comerciais leves e pesados	4 928	4,36	4 083	0,78	20,67
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	4 812	0,54	16 552	1,66	- 70,93
Outros	612	1,03	892	0,89	- 31,43
Soja	145 412	16,29	238 873	23,98	- 39,13
Farelo	87 733	9,83	148 140	14,87	- 40,78
Óleo	35 521	3,98	39 368	3,95	- 9,77
Grão	22 159	2,48	51 365	5,16	- 56,86
Madeira	120 692	13,52	114 290	11,47	5,60
Compensado	46 102	5,17	45 982	4,62	0,26
Serrada	36 867	4,13	36 571	3,67	0,81
Molduras	14 203	1,59	10 999	1,10	29,13
Obras de marcenaria/carpintaria	14 059	1,58	11 212	1,13	25,39
Outros	9 460	1,06	9 526	0,96	- 0,68
Milho	99 264	0,31	40 290	4,04	146,37
Carnes	94 849	10,63	89 389	8,97	6,11
Aves	70 416	7,89	73 592	7,39	- 4,32
Bovinos	12 221	1,37	6 945	0,70	75,95
Suínos	9 471	1,06	6 060	0,61	56,30
Outros	2 742	0,31	2 792	0,28	- 1,80
Papel	30 292	3,39	35 410	3,55	- 14,46
Kraftliner para cobertura	6 721	0,75	3 220	0,32	108,75
Couché	5 669	0,64	11 743	1,18	- 51,73
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	5 097	0,57	6 898	0,69	- 26,11
Outros	12 805	1,43	13 550	1,36	- 5,50
Máquinas e instrumentos mecânicos	25 031	2,80	28 404	2,85	- 11,88
Máquinas e implementos agrícolas	6 831	0,77	6 476	0,65	5,49
Refrigeradores/congeladores	5 095	0,57	4 593	0,46	10,92
Outros	13 105	1,47	17 335	1,74	- 24,40
Café	24 382	2,73	29 803	2,99	- 18,19
Solúvel	16 674	1,87	22 094	2,22	- 24,53
Grãos	4 895	0,55	5 119	0,51	- 4,39
Extratos, essências e concentrados	2 813	0,32	2 590	0,26	8,64
Couro e artigos derivados	20 884	2,34	21 829	2,19	- 4,33
Couro preparado ou curtido	17 021	1,91	18 522	1,86	- 8,10
Outros	3 862	0,43	3 307	0,33	16,80
Açúcar	18 895	11,12	28 504	2,86	- 33,71
Em bruto	18 588	2,08	25 702	2,58	- 27,68
Refinado	307	0,03	2 802	0,28	- 89,05
Químicos diversos	13 688	1,53	17 836	1,79	- 23,26
Material elétrico	10 503	1,18	14 307	1,44	- 26,59
Equipamentos de telefonia/telegrafia	2 032	0,23	4 786	0,48	- 57,53
Condutores (inclui fibras óticas)	1 752	0,20	6 726	0,68	- 73,95
Outros	6 718	0,75	2 794	0,28	140,44
Outros	82 565	9,25	76 140	7,64	8,44
TOTAL GERAL	892 569	100,00	996 114	100,00	- 10,39

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.



TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A MAR 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	207 742	27,53	309 072	23,94	- 32,79
Autopeças	127 796	16,94	173 748	13,46	- 26,45
Automóveis	24 128	3,20	64 961	5,03	- 62,86
Motores para autoveículos	21 403	2,84	25 852	2,00	- 17,21
Pneumáticos para autoveículos	16 683	2,21	19 526	1,51	- 14,56
Outros	17 731	2,35	24 985	1,94	- 29,03
Máquinas e instrumentos mecânicos	98 058	13,00	168 084	13,02	- 41,66
Compressores e condicionadores de ar	13 524	1,79	17 335	1,34	- 21,98
Máquinas para usinagem de metais	12 950	1,72	17 047	1,32	- 24,03
Outros	71 584	9,49	133 702	10,36	- 46,46
Material elétrico	63 085	8,36	234 553	18,17	- 73,10
Equipamentos de telecomunicações	12 201	1,62	118 768	9,20	- 89,73
Componentes eletrônicos	8 229	1,09	23 216	1,80	- 64,55
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	6 102	0,81	11 443	0,89	- 46,68
Outros	36 553	4,84	81 126	6,29	- 54,94
Combustíveis e lubrificantes	55 775	7,39	179 264	13,89	- 68,89
Óleo bruto de petróleo	52 954	7,02	159 211	12,33	- 66,74
Outros	2 821	0,37	20 053	1,55	- 85,93
Produtos químicos diversos	49 376	6,54	49 571	3,84	- 0,39
Matérias plásticas	44 469	5,89	58 522	4,53	- 24,01
Polietileno	13 556	1,80	29 681	2,30	- 54,33
Chapas, folhas e tiras plásticas	5 076	0,67	6 953	0,54	- 27,00
Outros	25 837	3,42	21 887	1,70	18,04
Aduos e fertilizantes	32 689	4,33	50 238	3,89	- 34,93
Metais comuns	25 305	3,35	47 373	3,67	- 46,58
Artefatos de ferro/aço	9 471	1,26	20 077	1,56	- 52,83
Materiais de alumínio	5 374	0,71	8 870	0,69	- 39,42
Laminados de ferro/aço	2 295	0,30	9 109	0,71	- 74,81
Ferragens, fechaduras e guarnições	2 468	0,33	4 421	0,34	- 44,18
Outros	5 698	0,76	4 896	0,38	16,38
Cereais	24 534	3,25	35 606	2,76	- 31,09
Trigo	14 212	1,88	14 719	1,14	- 3,45
Milho	4 827	0,64	12 605	0,98	- 61,70
Outros	5 496	0,73	8 281	0,64	- 33,64
Fios e tecidos	23 806	3,16	12 740	0,99	86,86
Sintéticos	22 956	3,04	10 996	0,85	108,77
Outros	850	0,11	1 744	0,14	- 51,26
Soja	19 424	2,57	8 026	0,62	142,03
Grão	15 406	2,04	7 563	0,59	103,70
Outros	4 018	0,53	462	0,04	768,97
Outros	204 053	27,05	245 818	19,04	- 16,99
TOTAL GERAL	754 472	100,00	1 290 774	100,00	- 41,55

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2002

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999 <sup>(1)</sup>	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000 <sup>(1)</sup>	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
Janeiro	215 414	231 910	-16 495	3 452 942	3 568 781	115 840
Fevereiro	236 611	269 295	-32 684	4 123 497	4 046 308	77 189
Março	308 708	303 235	5 472	4 471 669	4 451 932	19 737
Abril	378 485	377 749	736	4 181 447	3 996 332	185 115
Maio	471 586	390 049	81 536	5 062 755	4 698 914	363 840
Junho	400 823	402 141	-1 318	4 860 664	4 605 502	255 162
Julho	440 644	418 966	21 677	5 002 882	4 887 346	115 537
Agosto	460 668	504 604	-43 936	5 518 984	5 424 316	94 669
Setembro	345 139	442 647	-97 508	4 724 179	5 053 752	-329 573
Outubro	404 238	466 526	-62 287	4 637 535	5 185 488	-547 953
Novembro	380 408	436 527	-57 119	4 390 489	5 047 275	-656 786
Dezembro	349 368	441 021	-91 652	4 658 552	4 868 397	-209 845
2001 <sup>(1)</sup>	5 317 509	4 927 584	389 925	58 222 642	55 580 718	2 641 924
Janeiro	342 031	481 565	-139 534	4 537 905	5 015 838	-477 932
Fevereiro	291 205	362 965	-71 760	4 083 023	4 005 690	77 333
Março	362 878	446 244	-83 366	5 167 500	5 447 754	-280 254
Abril	514 221	521 824	-7 603	4 729 698	4 609 571	120 127
Maio	558 895	447 102	111 793	5 367 054	5 159 607	207 446
Junho	507 973	408 272	99 701	5 041 980	4 766 194	275 786
Julho	470 541	387 271	83 270	4 964 485	4 857 413	107 072
Agosto	553 452	472 236	81 216	5 727 436	5 103 857	623 579
Setembro	432 857	412 700	20 157	4 754 965	4 160 477	594 488
Outubro	501 703	396 261	105 442	5 002 529	4 753 146	249 383
Novembro	416 262	344 938	71 324	4 500 260	4 212 660	287 600
Dezembro	365 491	246 207	119 284	4 345 808	3 488 512	857 296
2002 <sup>(1)</sup>	892 569	754 471	138 098	11 890 590	10 862 848	1 027 742
Janeiro	250 849	239 178	11 671	3 971 829	3 797 657	174 172
Fevereiro	309 359	250 392	58 967	3 658 349	3 399 266	259 083
Março	332 361	264 901	67 460	4 260 412	3 665 925	594 487

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – JAN 2001-MAR 2002

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)
2001	
Janeiro	5,31
Fevereiro	5,85
Março	6,51
Abril	5,79
Maio	6,06
Junho	6,28
Julho	6,56
Agosto	6,39
Setembro	5,95
Outubro	5,44
Novembro	4,89
Dezembro	4,02
Média Anual <sup>(1)</sup>	5,75
2002	
Janeiro	4,57
Fevereiro	5,07
Março	5,34

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: Período de referência: semana.

(1) Média aritmética simples.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-MAR 2002

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Agosto	0,30
2000	6,23	Setembro	0,31
2001	5,90	Outubro	0,72
Janeiro	0,89	Novembro	0,42
Fevereiro	-0,17	Dezembro	0,64
Março	0,17	2002	1,48
Abril	0,67	Janeiro	0,88
Maio	0,45	Fevereiro	0,20
Junho	0,31	Março	0,40
Julho	1,05		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-MAR 2002

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	1997	1 296	6 062
1977	1 356	8 826	1998	1 380	6 025
1978	1 614	9 636	1999	1 351	4 854
1979	1 635	12 575	2000	1 692	6 251
1980	1 936	13 482	2001	2 046	8 307
1981	1 954	14 105	Janeiro	265	237
1982	1 179	6 606	Fevereiro	233	615
1983	1 079	3 345	Março	278	851
1984	1 748	7 921	Abril	150	501
1985	2 167	9 728	Maiο	43	892
1986	2 029	10 588	Junho	81	900
1987	2 121	9 479	Julho	52	929
1988	1 567	8 847	Agosto	78	719
1989	1 386	6 189	Setembro	129	695
1990	885	4 111	Outubro	213	741
1991	584	2 677	Novembro	260	613
1992	593	2 893	Dezembro	264	614
1993	1 038	4 475	2002		
1994	1 707	9 011	Janeiro	301	401
1995	859	5 095	Fevereiro	279	651
1996	897	4 180	Março	286	702

FONTE: Anfaeva; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 11 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-MAR 2002

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	Comerciais Leves	Comerciais Pesados	Automóveis de Passageiros e de Uso Misto
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maiο	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	-	1 193	28 013
Janeiro	-	241	4 722
Fevereiro	-	432	10 956
Março	-	520	12 335

FONTE: ANFAVEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.